

Pregão Eletrônico nº 20260002
Processo nº 29012.000379/2026-48
UASG: 943001
Número Comprasnet: 90242/2026

A Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH, por intermédio do pregoeiro e do membro da equipe de apoio designados por ato do Governador do Estado, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica.

1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA

1.1. O critério de julgamento será o de Menor Preço por GRUPO e por ITEM conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens do grupo. A proposta final para o grupo não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração, independentemente do valor total do grupo.

1.2. O modo de disputa será o Aberto e Fechado.

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA

2.1. O regime de execução indireta se dará por EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

3. DA BASE LEGAL

3.1. A licitação se encontra baseada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações; Lei Estadual nº 18.417, de 11 de julho de 2023; Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Estadual nº 65, de 3 de janeiro de 2008; Lei Complementar Estadual nº 134, de 7 de abril de 2014; Decreto Estadual nº 35.067, de 21 de dezembro de 2022 e suas alterações; Decreto Estadual nº 35.283, de 19 de janeiro de 2023; Decreto Estadual nº 32.718, de 15 de junho de 2018; Decreto Estadual nº 35.726, de 30 de outubro de 2023, Portaria PGE/GAB nº 36, de 8 de março de 2024, Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH e subsidiariamente, a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto da licitação é a prestação dos serviços de apoio logístico e de instrutor(a) para a realização das Capacitações dos 12 (doze) Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará, das Comissões Gestoras de Sistemas Hídricos e do Fórum Cearense de Comitês de Bacias, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DO PREGOEIRO

5.1. Este edital está disponível gratuitamente nos sítios www.portalcompras.ce.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/consulta-detalhada>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Compras.gov.br, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, pelo pregoeiro Raimundo Vieira Coutinho.

5.3. A audiência requerida por representante de licitante ou interessado em participar de licitação, com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Central de Licitações da Procuradoria-Geral do Estado, será realizada conforme disposto na Portaria/PGE nº 38/2022, publicada na pg. 18 do DOE de 17/03/2022.

5.4. A equipe de apoio atende pelo telefone de nº (85) 3125.9374 e pelo e-mail: licitacao@pge.ce.gov.br.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 11/06/2026.

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 25/06/2026, às 9h.

6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 25/06/2026, às 9h.

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarçada, para no mínimo 48h a contar da respectiva data, exceto quando remarçada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES

7.1. Central de Licitações/PGE, Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará, CEP 60811-520, CNPJ nº 06.622.070/0001-68.

7.2. Horário de expediente da Central de Licitações: das 8h às 12h e das 14h às 18h.

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios, fonte 701.

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou da Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art.16 da Lei nº 14.133/2021, para o microempreendedor individual – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

9.5. Não poderão disputar esta licitação:

9.5.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;

9.5.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação;

9.5.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego,

nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021. A vedação é estendida a terceiros que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

9.6.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

9.5.6. Empresa ou sociedade cooperativa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame, e ainda, que não atendam o art. 16 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

9.5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.5.9. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.5.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9.5.11. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei;

9.5.12. Consórcio, qualquer que seja sua constituição, conforme justificativa constituída nos autos, nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, no endereço eletrônico citado no subitem 10.3 abaixo.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração.

10.2.1. As decisões do pregoeiro, sempre que necessário, se darão baseadas nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação ou, conforme o caso, pela Comissão Central de Avaliação de Impugnações e Recursos em Licitação, nos termos do § 1º do art. 24 e § 3º do art. 94 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, e nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 24 do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

10.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no subitem 10.2, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licitacao@pge.ce.gov.br, até às 23h59min, com a informação do nº do pregão, a entidade promotora da licitação e pregoeiro responsável.

10.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$1.995.787,49 (um milhão, novecentos e noventa e cinco mil, setecentos e oitenta e sete reais e quarenta e nove centavos), conforme os custos unitários apostos na tabela constante do item 2 do Anexo I – Termo de Referência.

12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

12.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.2. Após o julgamento da proposta, o licitante vencedor deverá enviar no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável uma vez por igual período, contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação.

12.3. Após a entrega dos documentos para habilitação e/ou proposta, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021. O licitante deverá enviar os documentos complementares via sistema utilizado na realização do certame, no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação, salvo prazo diferente estabelecido em Regulamento Interno da entidade promovente da licitação.

12.3.1. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

12.3.2. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pelo pregoeiro, ensejará a preclusão desse direito, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

12.4. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, não implicará a desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete ao pregoeiro mediante diligência, conceder o mesmo prazo estabelecido no subitem 12.3 para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

12.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.5.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

12.5.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

12.5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

12.5.4.1. Quando solicitado pela Administração, a comprovação da reserva de cargo poderá se dar da seguinte forma:

I – Realização de processos seletivos;

II – Divulgação ampla das oportunidades de vagas em meios acessíveis, tais como: internet, rádio, televisão, jornais de grande circulação;

III – Programas de inclusão promovidos pela licitante;

IV – Parcerias com entidades especializadas na busca ativa por candidatos que se enquadrem nas condições previstas neste subitem.

12.5.4.2. É admissível outros meios legais de prova que demonstrem esforços concretos para o preenchimento das vagas de que trata o subitem 12.5.4.

12.5.5. Desenvolve programa de integridade nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, quando for o caso.

12.5.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou a sociedade cooperativa que cumpra os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021;

12.5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

12.5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

12.6. A falsidade das declarações de que tratam os subitens 12.5.1 ao 12.5.6, sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

12.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas no sistema, até a abertura da sessão pública.

12.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta eletrônica com o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema.

13.1.1. O não preenchimento correto dos campos ensejará a desclassificação do licitante.

13.1.2. Os preços globais deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais.

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados, tanto na proposta eletrônica, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

13.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

13.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

13.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

14. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

14.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

14.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

14.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar os lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

14.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

14.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

14.8. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, conforme disposto no § 3º do art. 37 do Decreto nº 35.067/2022.

14.9. Os licitantes somente poderão oferecer lances de valor unitário inferior ao último por eles ofertados e registrados pelo sistema.

14.10. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento), utilizando como referência o valor unitário do item.

14.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- 14.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 14.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 14.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele mesmo no sistema.
- 14.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 14.11. Possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o pregoeiro, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 14.14. Será adotado o modo de disputa “aberto e fechado” no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 14.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 14.14.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 14.14.3. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 14.14.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 14.14.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem 14.14.3.
- 14.14.5. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 14.14.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem crescente, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 35.067/2022.
- 14.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 14.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro nem aos demais participantes.
- 14.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízos dos atos realizados.
- 14.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 14.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 14.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação

com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

14.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

14.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

14.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

14.22. Em caso de empate entre duas ou mais propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

14.22.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta ou lance em ato contínuo à classificação;

14.22.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

14.22.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, comprovado mediante a apresentação do Selo Empresa Amiga da Mulher, criado pela Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023 ou por quaisquer outros selos que representem ações de equidade entre homens e mulheres, criados pelos Estados e/ou Distrito Federal.

14.22.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado ou, em sua ausência, pela Controladoria-Geral da União para as empresas privadas.

14.23. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.23.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

14.23.2. Empresas brasileiras;

14.23.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.23.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

14.24. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata a lei, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, pelo sistema Compras.gov.br, conforme Acórdão TCU nº 723/2024 Plenário.

14.24.1. Na impossibilidade do sorteio pelo sistema Compras.gov.br, serão adotadas as seguintes providências, a ser realizado em ato público:

I – Será comunicado, por meio do sistema, a data, o horário, o sítio eletrônico onde será realizado o sorteio, bem como a plataforma de transmissão ao vivo;

II – A data e o horário serão comunicados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a realização do sorteio;

III – O resultado do sorteio será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

14.25.1. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.26. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I – Termo de Referência.

14.27. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado para no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável uma vez, por igual período, na forma do art. 49 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, após a negociação realizada, anexar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado.

14.28. O prazo de validade da proposta readequada não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

15. DA FASE DE JULGAMENTO

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 9.6 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

II – Certificado de Registro Cadastral (CRC) CE.

III – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e

IV – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

15.1.1. A consulta no CNEP, quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

15.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa apontada no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

15.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

15.5. As decisões do pregoeiro se darão baseadas nos pareceres e laudos, nos termos previstos no subitem 10.2.1, deste edital.

15.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.27 deste edital.

15.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao referido benefício.

15.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

15.11. Será desclassificada a proposta vencedora que:

15.11.1. Contiver vícios insanáveis;

15.11.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência;

15.11.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo ao definido para a contratação. No caso de agrupamento de itens, a proposta final para o grupo não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração.

15.11.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

15.11.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável;

15.12. A ausência de documentos possíveis de ser verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

15.13. A inexequibilidade da proposta, conforme disposto no art. 55 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, somente será reconhecida após a realização de diligência pela(s) área(s) técnica e/ou jurídica, conforme o caso, do órgão ou entidade promotora da licitação, que comprove:

I – que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II – inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

16. DA FASE DE HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos previstos no subitem 12 do Anexo I – Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

16.3. A verificação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

16.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

16.6. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

16.7. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

16.8. O documento obtido através de *sítios* oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro.

16.9. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

17. DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento da proposta, ou da habilitação ou inabilitação.

17.3. Quando a decisão do pregoeiro importar em abertura de prazo recursal, será comunicada a retomada da sessão pública com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no *sítio* eletrônico utilizado para realização do certame.

17.3.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.7.1. Caso o licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, deverá disponibilizar um *link* no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

17.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhes couber e na Central de Licitações no endereço constante no subitem 7.1 deste edital.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou;

18.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

18.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.5. Fraudar a licitação;

18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I. A natureza e a gravidade da infração cometida;

II. As peculiaridades do caso concreto;

III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

18.5. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.6. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato licitado.

18.7. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

18.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

18.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.12.1. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá ao disposto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.13. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade superior.

19.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de adjudicação e homologação.

20. DA CONTRATAÇÃO

20.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

20.1.1. O contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

20.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação, bem como a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, conforme inciso I do art. 25 do Decreto nº 35.322/2023 e, quando for o caso, o comprovante do recolhimento da garantia de execução, conforme estabelecido no item 6.2, do Termo de Referência.

20.3. Será exigida, ainda, a comprovação de abertura de conta preferencialmente no Banco do Brasil S.A ou outro banco indicado pelo contratante.

20.4. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou se recusar a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

20.5. A forma de pagamento, prazo contratual, obrigações, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas, conforme o caso, nos Anexos I e III – Termo de Referência e Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste edital.

20.6. Da Subcontratação

20.6.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual nos termos estabelecidos no subitem 6.1 do Termo de Referência.

20.7. Da Garantia contratual

20.7.1. Será exigida garantia contratual nos termos e prazos estabelecidos no subitem 6.2 do Termo de Referência. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Central de Licitações. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

21.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.5.1. Erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, serão sanados pelo pregoeiro mediante decisão em despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme inciso VIII do art. 24, o § 4º do art. 75 e o inciso V do art. 98, todos do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

21.5.2. Considera-se, dentre outros, erro no preenchimento da proposta, passível de correção, os erros aritméticos, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

21.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.7. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

21.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

21.9. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida a licitante, ainda que se trate de originais.

21.10. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

21.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

21.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Carta Proposta

ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato

Fortaleza/CE, 26 de maio de 2026.

Yuri Castro de Oliveira

ORDENADOR DE DESPESA

Aprovado:

Assis Rabelo – Assessoria Jurídica/COGERH

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 29012.000379/2026-48

UNIDADE REQUISITANTE: Gerência de Gestão Participativa – GEPAR/COGERH

1. DO OBJETO

1.1. Prestação dos serviços de apoio logístico e de instrutor(a) para a realização das Capacitações dos 12 (doze) Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará, das Comissões Gestoras de Sistemas Hídricos e do Fórum Cearense de Comitês de Bacias, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, sob regime de execução indireta EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

GRUPO 01 – Serviços de apoio logístico para a realização das Capacitações dos 12 (doze) Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará, das Comissões Gestoras de Sistemas Hídricos e do Fórum Cearense de CBHs.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR GLOBAL R\$
1	25461 – SERVIÇO DE HOTELARIA – Hospedagem para participantes das Capacitações, que deverão ser acomodados em hotel no mínimo tipo 3 estrelas, em apartamentos duplos com café da manhã inclusos na diária. Os quartos deverão contar com cama box, banheiro privativo no apartamento, roupas de cama e banho, ar-condicionado, TV, frigobar, acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, wi-fi gratuito acesso à internet de boa qualidade de sinal e condições adequadas de conforto e segurança. A hospedagem deverá ser em hotel localizado no município definido para cada capacitação, conforme especificado no ANEXO A deste Termo de Referência. Comprasnet: Unidade = Diárias	Diárias	1.632	242,50	395.760,00
2	18325 – SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO – FORNECIMENTO DE JANTAR – OBS: (jantares nas hospedagens).	Unidade	1.632	135,6667	221.408,05
3	706324 – SERVIÇO DE RECEPÇÃO E EVENTOS – SERVIÇO DE COFFEE BREAK – OBS: (em trajetos das visitas técnicas e nos intervalos dos eventos – manhã e tarde).	Unidade	4.110	41,6667	171.250,14
4	256 – SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO – FORNECIMENTO DE ALMOÇO – OBS: (em trajetos das visitas técnicas e nos eventos).	Unidade	3.130	135,6667	424.636,77
5	4243 – LOCAÇÃO DE IMOVEIS – ALUGUEL DE SALÃO DE EVENTOS/AUDITÓRIO. Unidade = Diária	Diária	34	4.900,00	166.600,00
6	485 – SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS Prestação de serviço para reserva, emissão e entrega de bilhetes de passagens aéreas ida e volta destinados ao deslocamento de 02 (dois) facilitador(es) e/ou palestrante(s) das capacitações na Bacia Hidrográfica do Acaraú. Trecho Aéreo: Saída do Aeroporto de Brasília-DF com destino ao Aeroporto de Fortaleza-CE. Retorno: Aeroporto de Fortaleza-CE com destino ao Aeroporto de Brasília-DF. Trecho Aéreo: Saída do Aeroporto de Belo Horizonte-MG com destino ao Aeroporto de Fortaleza-CE. Retorno: Aeroporto de Fortaleza-CE com destino ao Aeroporto de Belo Horizonte-MG. Comprasnet: Unidade = TKT	TKT	2	3.388,00	6.776,00

7	937193 – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS – QUILOMETRAGEM EXCEDENTE – OBS: Quilometragem. Comprasnet: Unidade = KM	KM	24.184	18,3333	443.372,53
---	--	----	--------	---------	------------

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR GLOBAL R\$
8	21057598 – SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS – SERVIÇO DE INSTRUTOR PARA CAPACITAÇÃO DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS E DAS COMISSÕES GESTORAS DE SISTEMAS HIDROGRÁFICOS Contratação de instrutor(a) para a realização das Capacitações dos 12 (doze) Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará, das Comissões Gestoras de Sistemas Hídricos e do Fórum Cearense de CBHs, realizada de forma presencial – com pagamento por hora-aula. Comprasnet: Unidade = H/A	Hora/Aula	494	336,00	165.984,00

2.1. Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as do sistema, prevalecerão as deste anexo.

2.2. Da especificação detalhada GRUPO 01:

2.2.1. Para o item 1 – SERVIÇO DE HOTELARIA – SERVIÇO DE HOSPEDAGEM EM QUARTO DUPLO:

O serviço de hospedagem para os participantes das capacitações que deverão ser acomodados em hotel no mínimo tipo 3 estrelas, em apartamentos duplos, com café da manhã incluso nas diárias do hotel para cada participante, servidos durante a realização das atividades de capacitação.

A hospedagem deverá ser em hotel localizado no município definido para cada capacitação, conforme especificado no ANEXO A deste Termo de Referência.

2.2.1.1. Especificações:

- Os quartos deverão ser equipados com cama box, banheiro privativo no apartamento, roupas de cama e banho, ar-condicionado, televisão, frigobar e acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- O hotel deverá oferecer wi-fi gratuito (internet de boa qualidade de sinal), e condições adequadas de conforto e segurança.
- Check-in e check-out compatíveis com os horários de chegada e saída dos participantes, das capacitações.

2.2.1.2. Quantidade: A hospedagem deverá atender à quantidade total de diárias perfazendo um total de 1.632 (mil, seiscentos e trinta e duas) diárias prevista para este item, conforme especificado neste Termo de Referência disposto no ANEXO A – TABELA DE QUANTITATIVOS DE HÓSPEDES E MUNICÍPIOS DE REALIZAÇÃO DAS CAPACITAÇÕES (Aptos duplos com café da manhã no hotel e jantares).

2.2.2. Para o item 2 – SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO – FORNECIMENTO DE JANTAR – OBS: (jantares nas hospedagens).

Para o fornecimento de jantares nas hospedagens para cada capacitação descrito neste Termo de Referência, deverá ser servido no local da hospedagem dos participantes, sendo composto:

- Um ou dois tipos de sopa como entrada.
- 02 (dois) tipos de arroz (branco e integral);
- 02 (dois) tipos de feijão (mulatinho, preto ou de corda);
- 01 (um) tipo de massa;
- 03 (três) tipos de proteína (carne bovina, peixe e frango);

- 01 (uma) salada crua (folhagens e legumes), 01 (uma) salada cozida com 4 (quatro) tipos de legumes;
- Bebidas: 02 (dois) tipos de sucos naturais (sendo duas opções de fruta, com e sem açúcar em jarra por refeição), 02 tipos de refrigerantes (sendo duas opções de sabores, que sejam normal e diet com garrafa de 290ml ou lata de 350ml para cada participante por refeição);
- Sobremesas: 02 (dois) tipos (pudim, mousse, pavê ou outra sobremesa gelada), fornecidas no sistema self-service/buffet.
- Água mineral (garrafa de 500 ml para cada participante por refeição) e café (com e sem açúcar).

2.2.2.1. Quantidade: Todos esses itens devem ser fornecidos em quantidades suficiente para o número de pessoas especificada para cada capacitação disposto no ANEXO A neste Termo de Referência.

2.2.3. Para o item 3 – SERVIÇO DE RECEPÇÃO E EVENTOS – SERVIÇO DE COFFEE BREAK – OBS: (em trajetos das visitas técnicas e nos intervalos dos eventos – manhã e tarde).

Prestação de serviço para fornecimento de COFFEE BREAK, deverão ser fornecidos por período (manhã e tarde) para cada capacitação, descrito neste Termo de Referência. Os COFFEE BREAKS a serem oferecidos deverão dispor de opções variadas, abrangendo, no mínimo:

- 03 (três) tipos de sucos sem adição de açúcar (disponibilizar açúcar e adoçante como opções servido em jarra por refeição);
- Café (com e sem açúcar);
- Achocolatado, leite, salada de frutas natural (com opção de leite condensado);
- 03 (três) tipos de mini sanduíches natural, sanduíche de frango com pão integral, pão de queijo, pão de leite, pão integral, torrada integrais, salgados variados, tapioca, cuscuz e ovos mexidos;
- 03 (três) tipos de bolos e biscoitos variados;
- Água mineral, (garrafa de 500 ml para cada participante por refeição).

2.2.3.1. O coffee break deverá ser servido no local do evento, quando se tratar de capacitações teóricas realizadas em locais fixos, como auditórios e outros. Nas capacitações que envolvam deslocamentos (como visitas técnicas e outras), o serviço deverá ser oferecido nos pontos de paradas durante traslado dos participantes ou dentro do ônibus (em embalagem apropriada).

2.2.3.2. Quantidade: conforme especificado para cada capacitação, conforme descrito no ANEXO B – TABELA DE QUANTITATIVOS DE COFFEE BREAKS neste Termo de Referência.

2.2.4. Para o item 4 – SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO – FORNECIMENTO DE ALMOÇO – OBS: (em trajetos das visitas técnicas e nos eventos).

Prestação de serviço para fornecimento de Almoço, deverá ser fornecido para cada dia da capacitação, preferencialmente servido no local do evento e/ ou nos pontos de parada durante o traslado, para todos eventos descrito neste Termo de Referência. O serviço atenderá a todos os participantes e deverá incluir:

- 03 (três) tipos de proteína: carne bovina, peixe e frango;
- 02 (dois) tipos de arroz (branco e integral);
- 02 (dois) tipos de feijão (mulatinho, preto ou de corda);
- 01 (um) tipo de massa;
- Farofa;

- 01 (uma) salada crua (folhagens e legumes) e 1 (uma) salada cozida com 04 (quatro) tipos de legumes;
- Sobremesas: 2 (dois) tipos (pudim, mousse, ou pavê e frutas diversas);
- Bebidas: 02 (dois) tipos de sucos naturais (sendo duas opções de fruta, com e sem açúcar em jarra por refeição), 02 (dois) tipos refrigerantes, (sendo normal e diet com garrafa de 290ml ou lata de 350ml para cada participante por refeição);
- Água mineral (com e sem gás, garrafa de 500 ml para cada participante por refeição) e café (com e sem açúcar).

Todos os almoços para cada capacitação deverão ser fornecidos no sistema self-service/buffet, preferencialmente no próprio local do evento.

2.2.4.1. Quantidade: Conforme definido para cada capacitação; conforme o ANEXO C – TABELA DE QUANTITATIVOS DE ALMOÇOS neste Termo de Referência.

2.2.4.2. DOS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA CADA CAPACITAÇÃO:

- Fornecimento de alimentação – Coffee break nos turnos manhã e tarde, durante a realização das capacitações, bem como em trajetos para visita técnica conforme programação;
- Jantar (no local das hospedagens), conforme necessidade, garantindo alimentação adequada aos participantes;
- Almoço deverá ser fornecido no sistema self-service/buffet, preferencialmente servido no local do evento e/ ou nos pontos de parada durante o traslado, conforme a necessidade para cada dia da capacitação.
- Atendimento às necessidades alimentares dos participantes (exemplo: restrições alimentares).

2.2.4.3. A INFRAESTRUTURA MÍNIMA PARA TODOS ESSES ITENS OS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO:

O coffee break deverá ser fornecido (em locais fixos ou em locais durante trajetos), os almoços e jantares, deverá ser fornecidas mesas cobertas com toalhas de tecido e cadeiras, pratos de louça, talheres em inox, copos de vidro, guardanapos descartáveis, palitos de dente e lixeira, em quantidade suficiente para atender a todos os participantes. Deverá disponibilizar garçons e/ou garçonetes durante todos os dias do evento, devidamente identificados(as) para cada capacitação, realizando tarefas como: distribuição das refeições, limpeza de mesas e cadeiras e apoio a atividades correlatas.

2.2.5. Para o item 5 – LOCAÇÃO DE IMOVEIS – ALUGUEL DE SALÃO DE EVENTOS/AUDITÓRIO.

Para todos os eventos previstos os serviços de auditório deverão ser, preferencialmente, no local da hospedagem e climatizado com infraestrutura para projeção, sonorização. Deverá possuir acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Deverá dispor de cadeiras (preferencialmente acolchoadas) com pranchetas em quantidades suficientes, estando disponíveis durante todo o período de realização da capacitação;

2.2.5.1. Infraestrutura mínima necessária:

- Disponibilidade física e elétrica para instalação de equipamentos;
- Estrutura de iluminação adequada;
- Sistema de ar-condicionado;
- Aparelho de data show;
- Sistema de som;
- Computador e microfones;

- Internet liberada com Wi-Fi;
- Montagem e instalação de estrutura e equipamentos nos dias do evento;
- Espaço adequado para projeção;
- Disponibilização de, no mínimo, 02 (duas) mesas de apoio para materiais e outras finalidades.

O espaço deverá comportar o número de pessoas previstas para cada capacitação, conforme disposto neste Termo de Referência.

2.2.5.2. Mesa contendo garrafa de café e garrafa de chá - serviços de auditório:

Deverá ser fornecida, por dia de evento, uma mesa próxima ao auditório, contendo:

- Garrafão de 20 litros de água mineral (natural e gelada) com suporte, fazendo reposição sempre que necessário;
- Copos descartáveis lacrados (para cafés e água);
- 01 (uma) mesa de apoio contendo garrafas térmicas com chá e café, com capacidade mínima de 2 litros cada, com reposição sempre que necessário;
- Sachês de açúcar e adoçante em quantidades suficientes para todo o período de evento com reposição durante cada turno de capacitação, sempre que necessário.

2.2.5.3. Quantidade: de acordo com o número de pessoas e diárias especificadas neste Termo de Referência. Ver ANEXO D – TABELA DE QUANTITATIVOS DO PÚBLICO E DIÁRIAS DO AUDITÓRIO

2.2.6. Para o item 6 – SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS

Prestação de serviço para reserva, emissão e entrega de bilhetes de passagens aéreas ida e volta destinados ao deslocamento de 02 (dois) facilitador(es) e/ou palestrante(s) das capacitações na Bacia Hidrográfica do Acaraú.

Capacitação: II Seminário Água e Gênero da Bacia Hidrográfica do Acaraú da Bacia Hidrográfica do Acaraú.

Trecho Aéreo:

Saída do Aeroporto de Brasília/DF com destino ao Aeroporto de Fortaleza/CE

Retorno:

Aeroporto de Fortaleza/CE com destino ao Aeroporto de Brasília/DF

Trecho Aéreo:

Saída do Aeroporto de Belo Horizonte/MG com destino ao Aeroporto de Fortaleza/CE

Retorno:

Aeroporto de Fortaleza/CE com destino ao Aeroporto de Belo Horizonte/MG

2.2.6.1. As passagens aéreas deverão ser emitidas com todas as tarifas pagas e, preferencialmente, sem escalas. O serviço de transporte aéreo deverá atender à quantidade aos trajetos solicitados neste Termo de Referência, conforme ANEXO E – TABELA DE QUANTITATIVOS DE PASSAGENS AÉREAS.

2.2.7. Para o item 7 – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS – QUILOMETRAGEM EXCEDENTE – OBS: Quilometragem

Prestação de serviço de transportes terrestre deverá atender à quantidade, características, quilometragens e trajetos (trechos) especificados neste Termo de Referência. Deverá ser fornecido por empresa “especializada” na prestação de serviço de locação de ônibus, double

decker, micro-ônibus e vans, com motorista, incluindo fornecimento de combustível, seguro e demais despesas necessárias para circulação dentro e fora do Estado Ceará.

O serviço deverá considerar que algumas capacitações consistem em visitas técnicas, podendo ocorrer na respectiva Bacia Hidrográfica, em outras Bacias do estado ou até em estados vizinhos. O transporte dos participantes será realizado em veículos adequados (ônibus, double-decker, micro-ônibus e vans), trafegando por estradas pavimentadas e/ou não pavimentadas, em turnos alternados.

Os referidos veículos deverão estar em perfeito estado de uso e conservação, confortáveis e com capacidade para atender os participantes da capacitação, atendendo a legislação vigente aplicável, devendo estar disponíveis para a execução dos serviços após comunicação formal, durante os dias de realização das capacitações. Deverá atender à quantidade, características, quilometragens e trajetos (trechos) das visitas técnicas.

2.2.7.1. Quantidade: Os serviços serão executados nos dias úteis, nos horários e locais especificados neste Termo de Referência, conforme disposto no ANEXO F – TABELAS DE QUANTITATIVOS DE QUILOMETRAGEM / DESCRIÇÃO - (Transporte Terrestre).

2.3. Da especificação detalhada do item 8 – 21057598 – SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS – SERVIÇO DE INSTRUTOR PARA CAPACITAÇÃO DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS E DAS COMISSÕES GESTORAS DE SISTEMAS HIDROGRÁFICOS – Contratação de instrutor(a) para Capacitação realizada de forma presencial – com pagamento por hora-aula.

2.3.1. A Contratação de instrutor(a) para Capacitação de forma presencial, deverão ser oferecidos para o público beneficiário os Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará, o Fórum recensear de Comitês de Bacias e as Comissões Gestoras dos Sistemas Hídricos, de acordo com as condições especificadas no presente Termo de Referência.

2.3.1.1. Os serviços deverão ser realizados em conformidade com:

- A legislação que regulamenta o funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará (CBH) e das Comissões Gestoras (CG);
- Os princípios de gestão dos recursos hídricos: democratização, descentralização e participação;
- Os planos aprovados pelos CBH: Plano de Bacia, Plano de Comunicação, Plano de Capacitação e outros documentos a estes relacionados.

2.3.2.2. As atividades deverão ter como objetivo aprimorar a capacidade dos membros dos órgãos colegiados dos para:

- Realizar suas atribuições coletivas e individuais com eficiência;
- Ampliar sua participação ativa e consciente;
- Desenvolver análise crítica sobre o contexto da Bacia;
- Aplicar os conhecimentos adquiridos para fortalecer a atuação coletiva dos CBH, das CG e a gestão participativa dos recursos hídricos.

2.3.2.3. Produtos esperados:

- As etapas do trabalho (planejamento, execução, avaliação e conclusão);
- Apostilas (impressas e digitais);
- Relatórios de aprendizagem de cada capacitação (referentes ao conteúdo e resultados de aprendizagem);
- Relatórios dos eventos de capacitação (contendo dados como local, data, horários, vivências, registros fotográficos e listas de presença).
- Outros produtos: especificados por capacitação neste Termo de Referência.

2.3.2.4. Apresentar o Plano de Trabalho para cada Capacitação contendo no mínimo:

- Descrição da Metodologia para cada capacitação solicitada, incluindo as técnicas e instrumentos de ensino que serão utilizados;
- Detalhamento do conteúdo programático;
- Explanação do referencial teórico que fundamentará o conteúdo programático;
- Descrição da equipe de trabalho;
- Definição do cronograma de execução;
- Descrição das avaliações que serão aplicadas e dos critérios para emissão de certificados aos participantes (metodologias, técnicas e instrumentos avaliativos).

2.3.2.5. Sobre as avaliações:

Na avaliação das capacitações será imprescindível no mínimo dois tipos: a Avaliação de Aprendizagem e a Avaliação de Reação.

a) Avaliação de Aprendizagem: Objetiva avaliar o aproveitamento dos(as) alunos(as) acerca dos conteúdos e obter um retorno dos mesmos sobre sua aprendizagem.

b) Avaliação de Reação: Tem como propósito avaliar as condições de realização do evento, o conteúdo abordado, a metodologia aplicada e outros aspectos pertinentes. Para isso, deverão ser utilizados instrumentos de avaliação, previamente acordados com a Cogehrh (GEPAR e Núcleos de Gestão Participativa).

Os instrumentos de avaliação de reação deverão contemplar, no mínimo, os seguintes aspectos do evento: conteúdo, tema, duração do evento, condições do ambiente (entendido como: sala, locais para descanso, alimentação e hospedagem quando houver) e o desempenho do instrutor.

2.3.2.6. Apresentar e discutir com a Gerência de Gestão Participativa, os Núcleos de Gestão e as Diretoria de Comitês de Bacias, antes da etapa de execução:

- Os itens do plano de trabalho de cada capacitação;
- A contratada deverá emitir os certificados para todos os participantes de cada evento.
- A contratada deverá definir em conjunto com a Cogehrh “os critérios para obtenção dos certificados” pelos participantes, bem como os “aspectos da emissão” (tipo, cores e outros caracteres).
- Realizar reuniões internas com a participação dos educadores, representante da Gepar, núcleos de gestão participativa, diretoria dos CBH, coordenação das CG e Secretaria-Executiva objetivando uma “roda de conversa avaliativa” após a execução das capacitações para analisar o processo, seus resultados e propor melhorias futuras.
- Apresentação em plenário do relatório das capacitações realizadas para cada Comitê de Bacia e/ou Comissão Gestora.

Elaboração e entrega do relatório final do trabalho para a Cogehrh: inclui o compilado dos relatórios individuais de cada capacitação realizada, entre outros aspectos acordados com a GEPAR.

2.3.2.7. A contratada deverá comprovar experiência na realização de capacitação, por tema, conforme a lista abaixo.

- 1) Legislação de Recursos Hídricos;
- 2) Legislação Ambiental;
- 3) Recursos Hídricos e Gênero;
- 4) Energias renováveis (eólica, solar e outras);
- 5) Educação Ambiental;
- 6) Mediação de Conflitos em Gestão de Recursos Hídricos ou Mediação de Conflitos Ambientais;

- 7) Uso de Geotecnologia na Gestão de Recursos Hídricos;
- 8) Preservação Ambiental, Recuperação e Reflorestamento de Áreas Degradadas;
- 9) Drenagem Urbana e Esgotamento Sanitário;
- 10) Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- 11) Liderança;
- 12) Reuso de Água na Agricultura;
- 13) Gerenciamento Costeiro Ambiental;
- 14) Planejamento Urbano e Gestão Ambiental das Cidades;
- 15) Elaboração de Projetos Hidroambientais;
- 16) Mobilização Social;
- 17) Planejamento Ambiental.
 - A contratada deverá dispor de equipe técnica capacitada.
 - Deverá comprovar experiência em capacitação de grupos de mulheres, utilizando abordagem metodológica inclusiva e participativa.
 - Experiência de capacitação em processos formativos voltados à Comunicação Popular e de Acesso a Tecnologias.
 - Experiência com a população com a qual deverá trabalhar (Comitês de Bacias e Comissões Gestoras de Sistemas Hídricos) ou similares (conselhos de políticas públicas).
 - Para fins de experiência, será considerada como equipe técnica um grupo composto por, no mínimo 03 (três) profissionais de nível superior (graduação: bacharelado, licenciatura ou tecnólogo) cuja análise será baseada nos seguintes critérios:
 - Níveis de pós-graduação: especialização, mestrado e doutorado;
 - Experiência de trabalho com o público-alvo e com as temáticas de capacitações.

2.3.2.8. Quantidade: A Contratação de instrutor(a) para Capacitação, deverão ser executados, conforme disposto no ANEXO G – EVENTOS QUE NECESSITAM DE INSTRUTOR(A): TEMA, PERFIL PROFISSIONAL, PRODUTOS ESPERADOS, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO BÁSICO neste Termo de Referência.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

3.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir de sua celebração, observando o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016.

3.2. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos arts. 72 e 81 da Lei Federal nº 13.303/2016 e conforme dispuser o Regulamento Interno de Licitações e Contratos do CONTRATANTE.

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A função de Secretaria Executiva dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) no Estado do Ceará, exercida pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará (COGERH), determina o apoio à execução de atividades que promovam o funcionamento dos CBHs. Esse apoio é essencial para garantir o exercício das atribuições desses colegiados, propiciando condições necessárias a manutenção da gestão integrada, descentralizada e participativa dos recursos hídricos. A Capacitação dos Órgãos Colegiados (CBH e CG) é uma das atividades fundamentais para que os mesmos permaneçam atualizados e treinados para o exercício do seu papel na Política de Recursos Hídricos do Ceará.

A Lei 14.844 de 28 de dezembro de 2010, em seu artigo Art. 51, na implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos compete à Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH: “IX – apoiar a organização de usuários com vistas à formação de Comitês de Bacias

Hidrográficas e Comissões Gestoras de Sistemas Hídricos, prestando apoio técnico, administrativo e financeiro necessário ao funcionamento dos mesmos, através das Gerências de Bacias; e X – exercer a Secretaria-Executiva dos Comitês de Bacias Hidrográficas”.

Os Comitês de Bacias Hidrográficas são organismos colegiados com atribuições consultivas e deliberativas, com atuação na bacia ou sub-bacia de sua jurisdição. Os comitês são compostos por instituições governamentais e não-governamentais, divididas nos quatro setores a seguir: Poder Público Estadual e Federal (20%), Poder Público Municipal (20%), Usuários de Água (30%) e Sociedade Civil (30%). Esses percentuais incidem sobre o número total de membros do Comitê, (CBH) definindo sua composição.

As Comissões Gestoras – CG de Sistemas Hídricos são organismos de Bacia, vinculadas aos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) do Estado do Ceará. As CG são formadas pelos seguintes segmentos: usuários de água; representantes da sociedade civil organizada e representantes do Poder público. O Plenário e uma secretaria integram sua estrutura.

Portanto para fortalecer essa atuação, faz-se necessário a Contratação de Serviços de apoio logístico e Contratação de instrutor(a) para a realização das Capacitações dos 12 (doze) Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará, das Comissões Gestoras de Sistemas Hídricos e do Fórum Cearense de Comitês de Bacias. Essas capacitações visam promover a formação continuada dos membros dos colegiados, fortalecendo sua atuação na gestão participativa dos recursos hídricos, conforme previsto na Política Estadual e Nacional de Recursos Hídricos. Tais ações contribuem para o fortalecimento da gestão participativa e para o cumprimento das atribuições legais da COGERH, enquanto Secretaria-Executiva dos CBHs.

Os CBHs são instâncias colegiadas que promovem a participação da sociedade civil, usuários e poder público na gestão das águas. Para o pleno funcionamento desses comitês, é fundamental garantir a qualificação continuada de seus membros, por meio de capacitações temáticas, metodológicas e operacionais.

Além disso, o Fórum Cearense de CBHs, instância de articulação e integração entre os diversos comitês, também demanda ações de formação para assegurar a eficácia de sua atuação.

Diante da necessidade de fortalecer e ampliar o processo de formação continuada dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) do Estado do Ceará e das Comissões Gestoras de Sistemas Hídricos (CGs), justifica-se a contratação de empresa(s) especializada(s) para ministrar atividades de capacitação em diversas modalidades, como oficinas, cursos, visitas técnicas e seminários etc, preferencialmente em formato presencial.

Essa necessidade está fundamentada na importância estratégica da capacitação para o fortalecimento da gestão participativa dos recursos hídricos, considerando que esse processo formativo já ocorre desde a instituição dos colegiados, devendo ser mantido e sistematizado de forma contínua e planejada.

Pretende-se através do serviço a contratação de empresa que atue tanto no planejamento quanto na execução das atividades de capacitação, assumindo também o suporte logístico, técnico, operacional. A empresa contratada deverá fornecer instrutores qualificados, com expertise nos temas propostos, respeitando os prazos estabelecidos e cumprindo as especificações dos itens 2.3 e 2.3.1 deste termo de referência.

A contratação também permitirá a otimização do tempo das equipes internas, para continuarem a se dedicar às demais atividades de apoio aos Colegiados e ao desenvolvimento da capacitação dos mesmos de forma mais reflexiva, aprofundando os aspectos teóricos e metodológicos.

As atividades de capacitação são de relevância pública devido a sua capacidade de preparar os Colegiados para o cumprimento das suas atribuições legais, estimular a participação ativa e consciente de seus membros e de fortalecer a Gestão dos Recursos Hídricos. As ações de capacitação a serem contratadas foram discutidas no processo de construção dos seguintes instrumentos: os Plano de Bacias Hidrográficas, o Planejamento Estratégico dos Comitês de Bacias, o Plano de Capacitação e o Plano de Comunicação de cada CBHs.

Para viabilização das capacitações é imprescindível a execução de ações logísticas, conforme previsto na Lei Estadual nº 14.844/2010, que dispõe sobre o apoio administrativo aos órgãos colegiados do Sistema Estadual de Recursos Hídricos.

Considerando que os CBHs abrangem múltiplos municípios, os(as) representantes das instituições que os compõem precisam se deslocar para participar das formações. Dessa forma, é essencial garantir a infraestrutura logística que permita a realização das capacitações com qualidade, regularidade e eficiência.

Os serviços a serem contratados incluem:

- Serviço de hotelaria – hospedagem em quarto duplo, com café da manhã incluso;
- Serviço de recepção e eventos – coffee break (durante os trajetos das visitas técnicas e nos intervalos dos eventos – manhã e tarde);
- Serviço de nutrição e alimentação – fornecimento de jantar (nas hospedagens)
- Serviço de nutrição e alimentação – fornecimento de almoço (durante os eventos e em trajetos das visitas técnicas).
- Locação de imóveis – aluguel de salão de eventos/auditório;
- Serviço de fornecimento de passagens aéreas;
- Locação de veículos – com cobertura de quilometragem excedente;
- Contratação de instrutor(a) para capacitação – com pagamento por hora-aula.

Portanto, a ausência desses serviços compromete diretamente a continuidade e a efetividade da atuação dos CBHs e CGs, prejudicando a governança dos recursos hídricos e enfraquecendo a gestão participativa. Assim, a contratação de empresa especializada é essencial para assegurar a infraestrutura necessária, garantir o cumprimento do cronograma e oferecer aos participantes condições adequadas para a participação efetiva nas capacitações nos municípios que compõem as Bacias Hidrográficas do Ceará, tanto na região metropolitana de Fortaleza/CE, quanto nas demais Regiões do Estado do Ceará, assim como em outros Estados vizinhos.

4.2. O objeto da contratação está previsto no plano de negócios e investimentos e com as diretrizes de logística sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, definidos em regulamento do Poder Executivo Estadual, conforme art. 6º do Decreto Estadual nº 35.283/2023.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A solução proposta envolve a contratação de empresa(s) especializada(s) na Contratação de Serviços de apoio logístico e Contratação de instrutor(a) para a realização das Capacitações dos 12 (doze) Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará, das Comissões Gestoras de Sistemas Hídricos e do Fórum Cearense de Comitês de Bacias. A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, adotando o critério de MENOR PREÇO e sob regime de empreitada por preço UNITÁRIO. A execução ocorrerá por grupo e por item para atender a programação dos eventos, essa estratégia otimiza a identidade dos itens a serem licitados e a cronologia de execução de maneira rápida.

5.2. Componentes da Solução:

A contratada deverá atender as solicitações para cada serviço das capacitações a ser realizado nos municípios que compõem as Bacias Hidrográficas do Ceará, tanto na região metropolitana de Fortaleza/CE, quanto nas demais Regiões do Estado do Ceará, assim como em outros Estados vizinhos, e responder por todos os custos com deslocamento, alimentação e hospedagem da sua equipe de trabalho durante a realização das capacitações.

5.3. A(s) empresa(s) contratada será responsável por executar os serviços conforme demanda da contratante:

5.3.1. Hospedagem: reserva e gestão de acomodações deverão ocorrer em quartos duplos, com café da manhã e jantar incluídos na diária para os participantes;

5.3.2. Alimentação: fornecimento de coffee break, almoço e jantar, em qualidade e quantidade suficiente para atender a todos os participantes para cada capacitação;

5.3.4. Locação de Espaços: disponibilização de auditórios/salão de eventos climatizadas preferencialmente, no local da hospedagem com infraestrutura estando disponíveis durante todo o período de realização da capacitação;

5.3.5. Serviço de fornecimento de passagem aérea: deverá atender à quantidade aos trajetos solicitados neste Termo de Referência, destinados ao deslocamento de facilitador(es) e/ou palestrante(s) das capacitações;

5.3.6. Serviço de Transporte Terrestre: prestação de serviço de locação de ônibus, double-decker, micro-ônibus e vans, com motorista, incluindo fornecimento de combustível, seguro e demais despesas necessárias para circulação dentro e fora do Estado Ceará, deverá atender à quantidade, características, quilometragens e trajetos (trechos) para cada capacitação.

5.3.7. Suporte Técnico e Logístico Presencial durante as capacitações, garantindo acompanhamento contínuo.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Subcontratação

6.1.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.

6.1.1.1. É vedada a subcontratação integral ou da parcela principal da obrigação.

6.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

6.1.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

6.1.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

6.1.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

6.2. Garantia contratual

6.2.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 70 da Lei Federal nº 13.303/2016, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, que deverá ser prestada até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do contrato.

6.2.2. Utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

6.2.3. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

6.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 6.2.6, deste Termo.

6.2.5. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

6.2.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

6.2.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I – Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II – Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

III – Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

6.2.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 6.2.7, observada a legislação que rege a matéria.

6.2.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada com correção monetária em favor do contratante, em conta preferencialmente no Banco do Brasil S/A, ou outro banco indicado pelo contratante.

6.2.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

6.2.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

6.2.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

6.2.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificado.

6.2.14. O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

6.2.15. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.2.16. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

6.2.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

6.2.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

6.2.19. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo.

6.3. Sustentabilidade

6.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

I. A contratante assume o compromisso em utilizar de rotinas mais aceitáveis visando a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

II. Priorização de hotéis que adotem práticas sustentáveis, tais como (economia de água e energia, gestão adequada de resíduos e programas de reciclagem).

III. Utilização de veículos de traslado que apresentem menor impacto ambiental, (exemplo: aqueles com baixa emissão de poluentes, sempre que possível).

IV. Fornecimento de alimentação que contemple opções de origem sustentável e práticas que assegurem a redução de desperdícios;

V. Atender as demais legislações pertinentes.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O prazo de execução do objeto contratual é de 15 (quinze) dias corridos para cada serviço, contado a partir do recebimento da ordem de serviço ou instrumento equivalente.

7.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016.

7.2. Condições de Execução

7.2.1. A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, obedecerá ao seguinte:

7.2.1.1. A Contratada deverá atender as solicitações em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, no prazo de 15 (quinze) dias corridos para cada serviço, a contar do recebimento de cada ordem de serviço ou instrumento equivalente, no endereço indicado pela GEPAR/COGERH, no referido instrumento, nos horários e dias estabelecidos no respectivo documento.

7.2.1.2. As capacitações deverão ser realizadas de forma presencial, nos municípios cearense e estados vizinhos, os eventos serão diversificados mediante cronograma acordado, entre as partes antes do início da execução contratual, nos dias úteis, nos horários e locais especificados neste Termo de Referência.

7.2.2. Para a execução do serviço será obedecido ao seguinte quadro:

7.2.2.1. Capacitação por bacia:

Item	Bacia	Capacitação	Município/ Estado	Quantidade de Capacitação por Bacia
1	ACARAÚ	Oficina de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos	Sobral/CE	06
		Capacitação em Comunicação Popular	Sobral/CE	
		Visita da plenária do CBH Acaraú aos açudes do Vale: Taquara e Jaibaras	Sobral/CE	
		Visita da plenária do CBH Acaraú aos açudes do Vale: Arara e Edson Queiroz	Sobral/CE	
		Visita e intercâmbio às comunidades nas quais se observem experiências de mulheres que fazem a Gestão da Água	Sobral/CE	
		II Seminário Água e Gênero da Bacia Hidrográfica do Acaraú	Sobral/CE	
2	ALTO JAGUARIBE	Visita técnica ao Instituto Nacional do Semiárido - INSA	Campina Grande/PB	02
		Visita ao projeto malha d'água sistema adutor Banabuiú – Sertão Central (ETA Banabuiú).	Iguatu/CE	
3	BAIXO JAGUARIBE	Capacitação temática e visita técnica ao cânion do Rio Poti: Experiência da gestão compartilhada na bacia do Rio Parnaíba.	Buriti dos Montes/PI e Crateús/CE	01

4	BANABUIÚ	Capacitação teórica sobre Governança das Águas e Participação Cidadã: Desafios e Perspectivas.	Quixeramobim/CE	02
		Visita técnica ao projeto de integração do Rio São Francisco.	Salgueiro/PE	
5	COREAÚ	Oficina de mediação de conflitos na gestão da água.	Sobral/CE	04
		Oficina de Participação e Representatividade	Sobral/CE	
		Encontro sobre Participação e autonomia do CBH.	Sobral/CE	
		Seminário Água e Gênero.	Sobral/CE	
6	CURU	Minicurso sobre a Política de Gestão dos Recursos Hídricos	Paracuru/CE	03
		Visita Técnica sobre Alocação Negociada de Água ao Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas	Limoeiro do Norte/CE	
		Minicurso da Integração entre a Gestão dos Recursos Hídricos e os Planos Diretores Municipais	Paraipaba/CE	
7	LITORAL	Oficina de Legislação Ambiental	Itapipoca/CE	02
		Visita técnica à Universidade Federal do Semiárido	Pau dos Ferros/ RN	
8	MÉDIO JAGUARIBE	Capacitação temática e visita técnica ao Projeto de Integração do Rio São Francisco – Estação de Bombeamento 03 – Eixo Norte.	Salgueiro/PE	01
9	RMF	Oficina de Construção do Plano de Aproveitamento do Açude Malcozinhado – CG	Cascavel/CE	07
		Oficina de Construção do Plano de Aproveitamento do Açude Germinal – CG	Palmácia/CE	
		Oficina de Construção do Plano de Aproveitamento do Açude Pesqueiro – CG	Capistrano/CE	
		Oficina de Construção do Plano de Aproveitamento do Açude Castro – CG	Itapiúna/CE	
		Oficina de Construção do Plano de Aproveitamento do Açude Aracoiaba -CG	Aracoiaba/CE	
		Visita Técnica Conhecendo as Bacias Hidrográficas Metropolitanas – Experiências Exitosa.	Aquiraz/CE	
		Seminário da Semana da Água de Aracoiaba	Aracoiaba/CE	
10	SALGADO	Macro Obras Hídricas do Ceará: PISF, CAC e Malha D'água.	Crato/CE	02
		Visita Técnica ao Perímetro Irrigado Nilo Coelho	Petrolina/PE	
11	SERRA DA IBIAPABA	Capacitação/Visita técnica para conhecer as condições de preservação ambiental da região Serra das Almas – Crateús.	Crateús/CE	02
		Capacitação/Visita técnica ao Sistema Agroflorestal (SAF) – Viçosa do Ceará e sua importância para a preservação do meio ambiente.	Viçosa do Ceará/CE	
12	SERTÕES DE CRATEÚS	Capacitação sobre Política Estadual de Recursos Hídricos e Instrumentos de Gestão	Crateús/CE	02
		Visita técnica ao Centro Ecológico Samuel Johnson (Reserva Natural Serra das Almas)	Cabaças Zona Rural/Crateús	
13	FCCBH	2ª Capacitação do Fórum Cearense de Comitês de Bacias Hidrográficas: visita técnica a reserva natural Serra das Almas.	Crateús/CE	01
TOTAL				35

7.2.4. Quantitativo de horas-aulas para contratação do(a) instrutor(a): 494 horas-aulas (quatrocentos e noventa e quatro horas-aulas) descrita nos tópicos neste Termo de Referência.

Item	Bacia	Especificação	Unidade	Quantidade. (h)
1	ACARAÚ	Capacitação	Horas-aulas	20
2	BANABUIÚ			40
3	COREAÚ			154

4	CURU			50
5	LITORAL			50
6	RMF			160
7	SERRA			20
Carga horária:				494

7.2.4.1. Para a execução dos serviços, o contratado deverá disponibilizar todo o material didático necessário, após aprovado pela GEPAR e pelos Núcleos de Gestão Participativa. É indispensável uma equipe técnica profissional com a experiência exigida e comprovada para planejar, ministrar e avaliar as capacitações.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 13.303/2016, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre contratante e contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O contratante poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante especialmente designado para este fim pelo contratante, ou pelo respectivo substituto, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

8.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das

alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento do Serviço

9.1.1. Os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, na mesma data da capacitação, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.1.3. Não atendido o disposto no item 11.5 deste termo, caberá à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos da lei.

9.1.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.5. Os serviços serão recebidos DEFINITIVAMENTE após a finalização do serviço, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

9.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

9.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

9.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

9.1.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser comunicando ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 29 da Lei nº 13.303/2016.

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 12.7 deste Termo.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta-corrente do contratado, preferencialmente no Banco do Brasil S/A, ou outro banco indicado pelo contratante.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5. Antecipação de pagamento

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento, nos termos do art. 81, inciso V, da Lei nº 13.303/2016.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

10.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

10.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

10.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

10.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

10.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

10.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

10.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

11.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da conclusão do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à contratante, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, conforme art. 76 da Lei Federal nº 13.303/2016.

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ou no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.7. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, cuja inadimplência do contratado, não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, conforme art. 77 da Lei Federal nº 13.303/2016;

11.8. Atender além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, atender ainda os seguintes requisitos de sustentabilidade.

11.8.1. A contratante assume o compromisso em utilizar de rotinas mais aceitáveis visando a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

11.9. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

11.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

11.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos,

devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

11.14. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.17. Promover, se for o caso a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.18. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

11.19. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

12.2. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

12.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.2.3. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Qualificação técnica

12.3. A documentação relativa à qualificação técnico-operacional nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 consistirá em:

Qualificação técnico-operacional

12.4. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

12.5. Para fins da comprovação de que trata o subitem 12.4. os atestados ou certidões deverão dizer respeito as seguintes parcelas de maior relevância ou de valor significativo do objeto:

ITEM	SERVIÇOS	UNIDADE	QUANT. MÍNIMA	PERCENTUAL (%) da quantidade total estimado
1	SERVIÇO DE HOTELARIA – Prestação de serviço de hospedagem com acomodação dos participantes das capacitações em quarto duplo com café da manhã e jantar inclusos na diária. A hospedagem deverá ser em hotel localizado no município sede definido para cada capacitação, conforme especificado no ANEXO IV deste Termo de Referência.	Diárias	82	5%
2	SERVIÇO DE RECEPÇÃO E EVENTOS – SERVIÇO DE COFFEE BREAK – OBS: (em trajetos das visitas técnicas e nos intervalos dos eventos – manhã e tarde).	Und	163	10%
3	SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO – FORNECIMENTO DE ALMOÇO – OBS: (em trajetos das visitas técnicas e nos eventos).	Und	626	20%
4	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO EM CURSO, TREINAMENTO, PALESTRA – CAPACITAÇÃO TÉCNICA E TREINAMENTO – OBS: Contratação de instrutor(a) para Capacitação realizada de forma presencial – com pagamento por hora-aula.	Horas-aula	74	15%

12.6. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo, serão admitidos o somatório de diferentes atestados executados, inclusive concomitantes.

Habilitações fiscal, social e trabalhista

12.7. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

12.7.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.7.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.7.3. A regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.7.4. A regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.7.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

12.7.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

12.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.9. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que o certificado de microempreendedor – CCMEI, supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio certificado.

12.10. Os documentos enumerados no subitem 12.7, poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico. Quanto a comprovação de atendimento do disposto nos subitens 12.7.3, 12.7.4 e 12.7.5 deverá ser feita na forma da legislação específica.

12.11. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

12.12. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

12.13. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

12.14. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

12.15. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

Habilitação econômico-financeira

12.16. A habilitação econômica financeira será aferida mediante a apresentação da seguinte documentação, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021:

12.16.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante.

12.16.1.1. Na ausência da certidão negativa, o licitante em recuperação judicial deverá comprovar sua regularidade e viabilidade econômico-financeira mediante a apresentação de, ao menos, um dos seguintes documentos: decisão judicial que reconheça a situação de recuperação judicial; plano de recuperação em execução; demonstrações contábeis atualizadas; e, quando aplicável, prestação de garantias adicionais ou substitutivas, na forma prevista neste edital e em Lei.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios, fonte 701.

14. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO A – TABELA DE QUANTITATIVOS DE HÓSPEDES E MUNICÍPIOS DE REALIZAÇÃO DAS CAPACITAÇÕES (Aptos duplo com café da manhã no hotel e jantares)

ANEXO B – TABELA DE QUANTITATIVOS DE COFFEE BREAKS

ANEXO C – TABELA DE QUANTITATIVOS DE ALMOÇOS

ANEXO D – TABELA DE QUANTITATIVOS DO PÚBLICO E DIÁRIAS DO AUDITÓRIO

ANEXO E – TABELA DE QUANTITATIVOS DE PASSAGENS AÉREAS

ANEXO F – TABELAS DE QUANTITATIVOS DE QUILOMETRAGEM / DESCRIÇÃO

(Transporte Terrestre)

ANEXO G – EVENTOS QUE NECESSITAM DE INSTRUTOR(A): TEMA, PERFIL PROFISSIONAL, PRODUTOS ESPERADOS, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO BÁSICO.

ANEXO A – TABELA DE QUANTITATIVOS DE HÓSPEDES E MUNICÍPIOS DE REALIZAÇÃO DAS CAPACITAÇÕES (Aptos duplo com café da manhã no hotel e jantares)

CBH	CAPACITAÇÃO	MUNICÍPIO	Nº DE HOSPEDE	Nº DE DIÁRIAS PARA CADA PARTICIPANTE	QUANTIDADE TOTAL DE DIÁRIAS	QUANTIDADE DE JANTARES NAS HOSPEDAGENS
Acarauá	Oficina de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos.	Sobral/CE	30	01	30	30
	II Seminário Água e Gênero da Bacia do Acaraú	Sobral/CE	30	02	60	60
Alto Jaguaribe	Visita técnica ao Instituto Nacional do Semiárido/ INSA	Campina Grande/PB	50	02	100	100
	Visita técnica ao Instituto Nacional do Semiárido/ INSA	Iguatu/CE	50	01	50	50
	Visita ao projeto malha d'água sistema adutor Banabuiú – Sertão Central (ETA Banabuiú)	Iguatu/CE	20	02	40	40
Baixo Jaguaribe	Capacitação temática e visita técnica ao cânion do Rio Poti: experiência da gestão compartilhada na bacia do Rio Parnaíba.	Crateús/CE e Buriti dos Montes/CE	60	02	120	120
Banabuiú	Capacitação teórica sobre Governança das Águas e Participação Cidadã: Desafios e Perspectivas.	Quixeramobim/CE	80	01	80	80
	Visita técnica ao projeto de integração do Rio São Francisco.	Salgueiro-PE	60	02	120	120
Curu	Visita técnica sobre a Alocação Negociada de Água ao Perímetro Irrigado de Tabuleiro de Russas	Limoeiro do Norte/CE	50	01	50	50
	Minicurso da Integração entre a Gestão dos Recursos Hídricos e os Planos Diretores Municipais	Lagoinha/CE CEParaipaba/CE	50	01	50	50
Coreaú	Oficina de Mediação de conflitos na Gestão da Água	Sobral/CE	40	01	40	40
	Oficina de Participação e Representatividade	Sobral/CE	40	01	40	40
	Encontro sobre Participação e autonomia do CBH	Sobral/CE	30	01	30	30
	Seminário Água e Gênero	Sobral/CE	50	02	100	100
Litoral	Oficina de Legislação Ambiental	Itapipoca/CE	50	01	50	50

	Visita técnica à UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Campus de Pau dos Ferros	Pau dos Ferros/RN	50	02	100	100
Médio Jaguaribe	Capacitação temática e visita técnica ao Projeto de Integração do Rio São Francisco – Estação de Bombeamento 03 – Eixo Norte.	Salgueiro (PE)	60	02	120	120
Salgado	Curso: Macro Obras Hídricas no Ceará: PISF, CAC e Malha D'água.	Crato/CE	70	02	140	140
	Visita Técnica ao Perímetro Irrigado Nilo Coelho	Petrolina/PE	50	02	100	100
Serra da Ibiapaba	Capacitação/Visita técnica para conhecer as condições de preservação ambiental da região Serra das Almas - Crateús	Crateús/CE	30	01	30	30
	Capacitação/Visita técnica ao Sistema Agroflorestal (SAF) – Viçosa do Ceará e sua importância para a preservação do meio ambiente.	Viçosa do Ceará/CE	30	01	30	30
Sertões de Crateús	Capacitação sobre Política Estadual de Recursos Hídricos e seus Instrumentos de Gestão	Crateús/CE	20	01	20	20
FCCBH	Visita Técnica a Reserva Natural Serra das Almas.	Crateús/CE	66	02	132	132
					1632	1632

ANEXO B – TABELA DE QUANTITATIVOS DE COFFEE BREAKS

CBH	CAPACITAÇÃO	QUANTIDADE DE PÚBLICO ALVO	QUANTIDADE DE COFFEE BREAK NA CAPACITAÇÃO	TOTAL DE COFFEE BREAK
Acarau	Oficina de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos.	50	03	150
	Capacitação em comunicação popular	60	02	120
	Visita da plenária do CBH Acaraú aos açudes do Vale: Taquara e Jaibaras	45	01	45
	Visita da plenária do CBH Acaraú aos açudes do Vale: Araras e Edson Queiroz	45	01	45
	Visita e intercâmbio às comunidades nas quais se observem experiências de mulheres que fazem a Gestão da Água.	50	01	50
	II Seminário Água e Gênero da Bacia do Acaraú	50	03	150
Alto Jaguaribe	Visita técnica ao Instituto Nacional do Semiárido – INSA	50	05	250
	Visita ao projeto malha d'água sistema adutor Banabuiú – Sertão Central (ETA Banabuiú)	50	02	100
Banabuiú	Visita técnica ao projeto de integração do Rio São Francisco	60	05	300
	Capacitação teórica sobre Governança das Águas e Participação Cidadã: Desafios e Perspectivas	80	01	80
Baixo Jaguaribe	Capacitação temática e visita técnica ao cânion do Rio Poti:	60	04	240

	experiência da gestão compartilhada na bacia do Rio Parnaíba.			
Curu	Minicurso sobre a Política de Gestão dos Recursos Hídricos	70	02	140
	Visita técnica sobre a Alocação Negociada de Água ao Perímetro Irrigado de Tabuleiro de Russas	50	03	150
	Minicurso da Integração entre a Gestão dos Recursos Hídricos e os Planos Diretores Municipais	70	03	210
Coreaú	Oficina de Mediação de conflitos na Gestão da Água	40	03	120
	Oficina de Participação e Representatividade	40	03	120
	Encontro sobre Participação e Autonomia do CBH	30	01	30
	Seminário Água e Gênero	50	04	200
Litoral	Oficina de Legislação Ambiental	50	02	100
	Visita técnica à Universidade Federal do Semiárido	50	02	100
Médio Jaguaribe	Capacitação temática e visita técnica ao Projeto de Integração do Rio São Francisco – Estação de Bombeamento 03 – Eixo Norte.	60	04	240
RMF	Visita Técnica conhecendo as Bacias Hidrográficas Metropolitanas	60	01	60
	Seminário Semana da Água em Aracoiaba	100	01	100
	Oficina de Construção do Plano de Aproveitamento do Açude Malcozinhado – CG	30	01	30
	Oficina de Construção do Plano de Aproveitamento do Açude Germinal – CG	30	01	30
	Oficina de Construção do Plano de Aproveitamento do Açude Pesqueiro – CG	30	01	30
	Oficina de Construção do Plano de Aproveitamento do Açude Castro – CG	30	01	30
	Oficina de Construção do Plano de Aproveitamento do Açude Aracoiaba – CG	30	01	30
Salgado	Curso: Macro Obras Hídricas no Ceará: PISF, CAC e Malha D'água.	70	03	210
	Visita Técnica ao Perímetro Irrigado Nilo Coelho	50	02	100
Serra da Ibiapaba	Capacitação/Visita técnica para conhecer as condições de preservação ambiental da região Serra das Almas – Crateús	30	02	60
	Capacitação/Visita técnica ao Sistema Agroflorestal (SAF) – Viçosa do Ceará/CE.	30	01	30
Sertões de Crateús	Capacitação sobre Política Estadual de Recursos Hídricos e seus instrumentos de Gestão	40	03	120
	Visita técnica ao Centro Ecológico Samuel Johnson (Reserva Natural Serra das Almas)	40	01	40
FCCBH	Visita Técnica a Reserva Natural Serra das Almas.	100	03	300
				4.110

ANEXO C – TABELA DE QUANTITATIVOS DE ALMOÇOS

CBH	CAPACITAÇÃO	QTD. PÚBLICO ALVO	QUANTIDADE DE ALMOÇO NA CAPACITAÇÃO	TOTAL DE ALMOÇOS
Acarauá	Oficina de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos	50	02	100
	Capacitação em comunicação popular	60	01	60
	Visita da plenária do CBH Acaraú aos açudes do Vale: Taquara e Jaibaras	45	01	45
	Visita da plenária do CBH Acaraú aos açudes do Vale: Araras e Edson Queiroz	45	01	45
	Visita e intercâmbio às comunidades nas quais se observem experiências de mulheres que fazem a Gestão da Água.	50	01	50
	II Seminário Água e Gênero da Bacia do Acaraú	50	02	100
Alto Jaguaribe	Visita técnica ao Instituto Nacional do Semiárido – INSA	50	03	150
	Visita ao projeto malha d'água sistema adutor Banabuiú – Sertão Central (ETA Banabuiú)	50	01	50
Baixo Jaguaribe	Capacitação temática e visita técnica ao cânion do Rio Poti: experiência da gestão compartilhada na bacia do Rio Parnaíba.	60	03	180
Banabuiú	Visita técnica ao projeto de integração do Rio São Francisco	60	03	180
	Capacitação teórica sobre Governança das Águas e Participação Cidadã: Desafios e Perspectivas	80	02	160
Coreaú	Oficina de Mediação de conflitos na Gestão da Água	40	02	80
	Oficina de Participação e Representatividade	40	02	80
	Encontro sobre Participação e autonomia do CBH	30	01	30
	Seminário Água e Gênero	50	02	100
Curu	Minicurso sobre a Política de Gestão dos Recursos Hídricos	70	01	70
	Visita técnica sobre a Alocação Negociada de Água ao Perímetro Irrigado de Tabuleiro de Russas	50	02	100
	Minicurso da Integração entre a Gestão dos Recursos Hídricos e os Planos Diretores Municipais	70	02	140
Litoral	Oficina de Legislação Ambiental	50	02	100
	Visita técnica à Universidade Federal do Semiárido	50	03	150
Médio Jaguaribe	Capacitação temática e visita técnica ao Projeto de Integração do Rio São Francisco – Estação de Bombeamento 03 – Eixo Norte.	60	03	180
RMF	Visita Técnica conhecendo as Bacias Hidrográficas Metropolitanas	60	01	60
	Seminário Semana da Água em Aracoiaba	100	01	100
	Oficina de Construção do Plano de Aproveitamento do Açude Malcozinhado – CG	30	01	30
	Oficina de Construção do Plano de Aproveitamento do Açude Germinal – CG	30	01	30
	Oficina de Construção do Plano de Aproveitamento do Açude Pesqueiro – CG	30	01	30
	Oficina de Construção do Plano de Aproveitamento do Açude Castro – CG	30	01	30
	Oficina de Construção do Plano de Aproveitamento do Açude Aracoiaba – CG	30	01	30
Salgado	Curso: Macro Obras Hídricas no Ceará: PISF, CAC e	70	02	140

	Malha D'água			
	Visita Técnica ao Perímetro Irrigado Nilo Coelho.	50	03	150
Serra da Ibiapaba	Capacitação/Visita técnica para conhecer as condições de preservação ambiental da região Serra das Almas – Crateús	30	01	30
	Capacitação/Visita técnica ao Sistema Agroflorestal (SAF) – Viçosa do Ceará – CE.	30	01	30
Sertões de Crateús	Capacitação sobre Política Estadual de Recursos Hídricos e Instrumentos de Gestão	40	02	80
	Visita técnica ao Centro Ecológico Samuel Johnson (Reserva Natural Serra das Almas)	40	01	40
FCCBH	Visita Técnica à Reserva Natural Serra das Almas	100	02	200
				3.130

ANEXO D – TABELA DE QUANTITATIVOS DO PÚBLICO E DIÁRIAS DO AUDITÓRIO

CBH	CAPACITAÇÃO	CAPACIDADE (PESSOAS)	HORAS (PREVISÃO DE USO)			QUANTIDADE DE DIÁRIAS
			1º DIA (h)	2º DIA (h)	3º DIA (h)	
Acarauá	Oficina de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos.	50	07 às 18	7h às 14	-	02
	Capacitação em comunicação popular	60	07 às 18	-	-	01
	II Seminário Água e Gênero da Bacia do Acaraú	50	07 às 18	7h às 14	-	02
Baixo Jaguaribe	Capacitação temática e visita técnica ao cânion do Rio Poti: experiência da gestão compartilhada na bacia do Rio Parnaíba.	60	07 às 18	7h às 14	-	02
Banabuiú	Visita técnica ao Projeto de Integração do Rio São Francisco	60	-	07 às 13	-	01
	Capacitação teórica sobre Governança das Águas e Participação Cidadã: Desafios e Perspectivas	80	07 às 18	7h às 14	-	02
Coreaú	Oficina de Mediação de conflitos na Gestão da Água	40	07 às 18	07 às 14	-	02
	Oficina de Participação e Representatividade	40	07 às 18	07 às 14	-	02
	Encontro sobre Participação e autonomia do CBH	40	07 às 13	-	-	01
	Seminário Água e Gênero	50	12 às 18	07 às 18	07 às 13	03
Curu	Minicurso da Integração entre a Gestão dos Recursos Hídricos e os Planos Diretores Municipais	70	07 às 18	07 às 14	-	02
Médio Jaguaribe	Capacitação temática e visita técnica ao Projeto de Integração do Rio São Francisco – Estação de Bombeamento 03 – Eixo Norte.	60	07 às 18	7h às 14	-	02
RMF	Oficina de Construção do Plano de Aproveitamento do Açude Malcozinhado – CG	30	07 às 16	-	-	01
	Oficina de Construção do Plano de Aproveitamento do Açude Germinal – CG	30	07 às 16	-	-	01
	Oficina de Construção do Plano de Aproveitamento do Açude Pesqueiro – CG	30	07 às 16	-	-	01

	Oficina de Construção do Plano de Aproveitamento do Açude Castro – CG	30	07 às 16	-	-	01
	Oficina de Construção do Plano de Aproveitamento do Açude Aracoiaba – CG	30	07 às 16	-	-	01
Salgado	Curso: Macro Obras Hídricas no Ceará: PISF, CAC e Malha D'água.	70	07 às 18	07 às 15	-	02
Serra da Ibiapaba	Capacitação/Visita técnica para conhecer as condições de preservação ambiental da região Serra das Almas – Crateús	40	08 às 12	-	-	01
	Capacitação/Visita técnica ao Sistema Agroflorestal (SAF) – Viçosa do Ceará – CE	40	08 às 12	-	-	01
Sertões de Crateús	Capacitação sobre Política Estadual de Recursos Hídricos e seus Instrumentos de Gestão	40	07 às 18	07 às 15	-	02
FCCBH	Visita Técnica a Reserva Natural Serra das Almas	100	08 às 12	-	-	01
						34

ANEXO E – TABELA DE QUANTITATIVOS DE PASSAGENS AÉREAS

BACIA HIDROGRÁFICA DO ACARAÚ	
Capacitação:	II Seminário Água e Gênero da Bacia Hidrográfica do Acaraú
Transporte:	Avião (02(duas) passagens aéreas ida e volta para 2 (dois) palestrantes)
Trechos:	Trecho Aéreo: Saída do Aeroporto de Brasília/DF com destino ao Aeroporto de Fortaleza/CE Retorno: Aeroporto de Fortaleza/CE com destino ao Aeroporto de Brasília/DF Trecho Aéreo: Saída do Aeroporto de Belo Horizonte/MG com destino ao Aeroporto de Fortaleza/CE Retorno: Aeroporto de Fortaleza/CE com destino ao Aeroporto de Belo Horizonte/MG

ANEXO F – TABELAS DE QUANTITATIVOS DE QUILOMETRAGEM / DESCRIÇÃO (Transporte Terrestre)

BACIA HIDROGRÁFICA DO ACARAÚ	
Capacitação:	Oficina de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos
Transporte:	03 (três) veículos, tipo executivo com motorista, ar-condicionado e água mineral durante o percurso, sendo: 02 (duas) Minivans (capacidade para 06 passageiros); e 01 (uma) Van (capacidade para 08 passageiros).
Trajetos: (ida e volta pelos mesmos municípios)	Rota 01: Cariré/CE, Groaíras/CE, Forquilha/CE, Sobral/CE - (6 passageiros) - 150 km Rota 02: Acaraú/CE, Cruz/CE, Marco/CE, Morrinhos/CE, Massapê/CE, Sobral/CE - (8 passageiros) - 280 km Rota 03: Tamboril/CE, Monsenhor Tabosa/CE, Santa Quitéria/CE, Sobral/CE - (6 passageiros) - 370 km
Pontos de paradas desde o início até o final da viagem.	Nos municípios descritos nos trajetos para embarque e desembarque de membros do CBH.
Ponto de partida (na ida)	Rota 01: Cariré/CE – Horário previsto: 9:30hrs Rota 02: Acaraú/CE – Horário previsto: 05:30h Rota 03: Tamboril/CE – Horário previsto: 05:00h
Ponto de partida (na volta)	Rotas 1, 2 e 3: Sobral/CE Horário previsto: 13h30min

Total da quilometragem (soma dos trajetos: ida e volta).	800 km
--	--------

BACIA HIDROGRÁFICA DO ACARAÚ	
Capacitação:	Capacitação em comunicação popular
Transporte:	03 (três) veículos, tipo executivo com motorista, ar-condicionado e água mineral no percurso, sendo: 02 (duas) Minivans (capacidade para 06 passageiros) e 01 (uma) Van (capacidade para 08 passageiros).
Trajeto: (ida e volta pelos mesmos municípios)	Rota 01: Cariré/CE, Groaíras/CE, Forquilha/CE, Sobral/CE- (06 passageiros) – 150 km Rota 02: Acaraú/CE, Cruz/CE, Marco/CE, Morrinhos/CE, Massapê/CE, Sobral/CE-(08 passageiros) – 280 km Rota 03: Tamboril/CE, Monsenhor Tabosa/CE, Santa Quitéria/CE, Sobral/CE - (06 passageiros) – 370 km
Pontos de paradas desde o início até o final da viagem.	Nos municípios descritos nos trajetos para embarque e desembarque de membros do CBH.
Ponto de partida (na ida)	Rota 01: Cariré – Horário previsto: 05:30h Rota 02: Acaraú – Horário previsto: 05:30h Rota 03: Tamboril – Horário previsto: 04:30h
Ponto de partida (na volta)	Rotas 1, 2 e 3: Sobral/CE Horário previsto: 16:00 horas
Total da quilometragem (soma dos trajetos: ida e volta).	800 km

BACIA HIDROGRÁFICA DO ACARAÚ	
Capacitação:	Visita da plenária do CBH Acaraú aos açudes do Vale: Taquara e Jaibaras
Transporte:	03 (três) veículos, tipo executivo com motorista, ar-condicionado e água mineral durante o percurso, serão: 3 (três) Vans (cada uma com capacidade para 15 passageiros)
Trajeto: (ida e volta pelos mesmos municípios)	Rota 01: Acaraú/CE, Bela Cruz/CE, Marco/CE, Morrinhos/CE, Forquilha/CE, Jaibaras/CE, Cariré/CE. – 299 km Rota 02: Massapê/CE, Meruoca/CE, Sobral/CE, Jaibaras/CE, Cariré/CE. – 148 km Rota 03: Tamboril/CE, Monsenhor Tabosa/CE, Santa Quitéria/CE, Varjota/CE, Jaibaras/CE, Cariré/CE. – 386 km
Pontos de paradas desde o início até o final da viagem.	Nos municípios descritos nos trajetos para embarque e desembarque de membros do CBH.
Ponto de partida (na ida)	Rota 01: Acaraú – Horário previsto: 05h30min Rota 02: Massapê – Horário previsto: 06h Rota 03: Tamboril – Horário previsto: 05h30min
Ponto de partida (na volta)	Rotas 1, 2 e 3: Do açude Taquara (em Cariré/CE) /Horário previsto: 14 horas
Total da quilometragem (soma dos trajetos: ida e volta).	833 km

BACIA HIDROGRÁFICA DO ACARAÚ	
Capacitação:	Visita da Plenária do CBH Acaraú aos Açudes do Vale: Araras e Edson Queiroz
Transporte:	03 (três) veículos, tipo executivo com motorista, ar-condicionado e água mineral durante o percurso, sendo: 3 (três) Vans (cada uma com capacidade para 15 passageiros)
Trajeto: (ida e volta pelos mesmos municípios)	Rota 01: Acaraú/CE, Bela Cruz/CE, Marco/CE, Morrinhos/CE, Varjota/CE, Santa Quitéria/CE – 421 km Rota 02: Massapê/CE, Meruoca/CE, Sobral/CE, Cariré/CE, Varjota/CE, Santa Quitéria/CE – 264 km Rota 03: Tamboril/CE, Monsenhor Tabosa/CE, Varjota/CE, Santa Quitéria/CE – 272 km
Pontos de paradas desde o início até o final da viagem.	Nos municípios descritos no trajeto para embarque e desembarque de membros do CBH.
Ponto de partida (na ida)	Rota 01: Acaraú – Horário previsto: 05h30min

	Rota 02: Massapê – Horário previsto: 06h Rota 03: Tamboril – Horário previsto: 06h
Ponto de partida (na volta)	Rotas 1, 2 e 3: Santa Quitéria/CE / Horário previsto: 14 horas
Total da quilometragem (soma dos trajetos: ida e volta).	957 km

BACIA HIDROGRÁFICA DO ACARAÚ	
Capacitação:	Visita de intercâmbio às comunidades nas quais se observem experiências de mulheres que fazem a gestão da água.
Transporte:	03 (três) veículos, tipo executivo com motorista, ar-condicionado e água mineral durante o percurso, sendo: 01 (uma) Van (capacidade para 15 passageiros) e 02 (duas) Minivans (capacidade para 06 passageiros).
Trajeto: (ida e volta pelos mesmos municípios)	Rota 01: Ipu/CE, Varjota/CE, Cariré/CE, Distrito de Jordão de Sobral/CE. (15 passageiros) – 346 km Rota 02: Acaraú/CE, Bela Cruz/CE, Marco/CE, Morrinhos/CE, Massapê/CE, Meruoca/CE, Distrito de Jordão de Sobral/CE. (6 passageiros) – 350 km Rota 03: Tamboril/CE, Monsenhor Tabosa/CE, Santa Quitéria/CE, Forquilha/CE, Distrito de Jordão de Sobral/CE. (6 passageiros). – 478 km
Pontos de paradas desde o início até o final da viagem.	Nos municípios descritos no trajeto para embarque e desembarque de membros do CBH.
Ponto de partida (na ida)	Rota 01: Ipu – Horário previsto: 05h30min Rota 02: Acaraú – Horário previsto: 05h30min Rota 03: Tamboril – Horário previsto: 05h30min
Ponto de partida (na volta)	Rotas 1, 2 e 3: Casa Forte e Baracho no Distrito de Jordão de Sobral/CE – Horário previsto: 13h30min
Total da quilometragem (soma dos trajetos: ida e volta).	1.174 km

BACIA HIDROGRÁFICA DO ACARAÚ	
Capacitação:	II Seminário Água e Gênero da Bacia Hidrográfica do Acaraú
Transporte:	04 (quatro) veículos tipo executivo, com motorista, ar-condicionado e água mineral gelada durante os percursos: 02 (duas) minivans (capacidade para 06 passageiros cada); 01 (uma) Van (capacidade para 08 passageiros); 01(um) carro (ano de fabricação 2020 ou mais atual) em boas condições de segurança e conforto, com ar-condicionado e motorista (para o transporte das palestrantes).
Trajeto: (ida e volta pelos mesmos municípios)	Rota 01: Cariré/CE, Groaíras/CE, Forquilha/CE, Sobral/CE (06 pessoas) – 210 km Rota 02: Acaraú/CE, Cruz/CE, Marco/CE, Morrinhos/CE, Massapê/CE e Sobral/CE (08 pessoas) – 340 km Rota 03: Tamboril/CE, Monsenhor Tabosa/CE, Santa Quitéria/CE, Sobral/CE - (06 pessoas) – 424 km Rota 04: Fortaleza/CE, Sobral/CE, Fortaleza/CE-(para os 02 palestrantes) – 306 km
Pontos de paradas desde o início até o final da viagem.	Nos municípios descritos no trajeto para embarque e desembarque de membros do CBH.
Ponto de partida (na ida)	Rota 01: Cariré/CE – Horário previsto: 05h30min Rota 02: Acaraú/CE – Horário previsto: 06h Rota 03: Tamboril/CE – Horário previsto: 05h Rota 04: Fortaleza/CE (horários a definir)
Ponto de partida (na volta)	Rotas 1, 2 e 3: de Sobral – Horário previsto: 13h30min
Total da quilometragem (soma dos trajetos: ida e volta).	1.280 km

BACIA HIDROGRÁFICA ALTO JAGUARIBE

Pregão Eletrônico nº 20260002 – COGERH

45

Capacitação:	Visita técnica ao Instituto Nacional do Semiárido – INSA
Transporte:	01 Ônibus com motorista com ano de fabricação mínima de 2018, com no mínimo 60 lugares, que disponibilize ar-condicionado, toalete, som ambiente, CD/CVD, Monitores e Wi-fi, com disponibilização de água mineral gelada durante toda a viagem.
Trajetos:	Ida: Iguatu/CE – Patos/PB – Campina Grande/PB. - 495 km Volta: Campina Grande/PB – Santa Luzia/PB – Cajazeiras/PB e Iguatu/CE – 510 km
Pontos de paradas e trajetos desde o início até o final da viagem.	<p>IDA – 1º DIA:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Saída de Iguatu/CE – 07h 2. Coffee break – 10h 3. Patos/PB – Almoço – 11h 4. Campina Grande-PB – Hotel – 14h30min 5. Coffee break – 16h20min <p>2º DIA:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Saída do Hotel para o INSA – 08h 2. Campina Grande/PB – Almoço – 11h 3. Coffee break – 16h20min 4. Saída do INSA para o Hotel – 17h30min <p>VOLTA – 3º DIA:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Saída do Hotel com destino a Iguatu/CE – 08h 2. Parada para um coffee break na cidade de Santa Luzia/PB – 10h 3. Patos/PB – Almoço – 13h (previsão) 4. Chegada, hospedagem e coffee break em Iguatu/CE – 16h30min (previsão).
Ponto de partida (na ida)	Iguatu/CE – Sede da Gerência Regional Horário previsto: 07h
Ponto de partida (na volta)	Campina Grande/PB – Hotel – Horário previsto: 08h
Total da quilometragem (soma dos trajetos: ida e volta).	1.100 Km

BACIA HIDROGRÁFICA ALTO JAGUARIBE	
Capacitação:	Visita ao projeto malha d'água sistema adutor Banabuiú – Sertão Central (ETA Banabuiú)
Transporte:	01 Ônibus com motorista com ano de fabricação mínima de 2018, com no mínimo 60 lugares, que disponibilize ar-condicionado, toalete, som ambiente, CD/CVD, Monitores e Wi-fi, com disponibilização de água mineral gelada durante toda a viagem.
Trajetos:	Ida: Iguatu/CE – Quixelô/CE – Banabuiú/CE – 150 km Volta: Banabuiú/CE – Quixelô/CE – Iguatu/CE – 150 km
Pontos de paradas e trajetos desde o início até o final da viagem.	<p>Ida – Saída de Iguatu/CE às 06h, Onde Será Fornecido um coffee break servido na Gerência Regional da COGERH.</p> <p>Passa por Quixelô/CE e segue para Banabuiú.</p> <p>Almoço em Banabuiú/CE a ser servido em um restaurante da Cidade no horário de 12h (Previsão).</p> <p>Volta – Saída de Banabuiú/CE às 13h:30min com destino a Quixelô/CE e volta para Iguatu/CE onde será servido um coffee break a tarde às 16h (previsão).</p>
Ponto de partida (na ida)	Iguatu/CE – Sede da Gerência Regional-Horário previsto: 06h
Ponto de partida (na volta)	Banabuiú/CE – Horário previsto: 13h30min
Total da quilometragem (soma dos trajetos: ida e volta).	300 km

BACIA HIDROGRÁFICA BAIXO JAGUARIBE		
Capacitação:	Capacitação temática e visita técnica ao cânion do Rio Poti: experiência da gestão compartilhada bacia do Rio Parnaíba.	
Transporte:	02 Micro Ônibus com ano de fabricação mínima em 2015, com no mínimo 28 lugares, totalizando 56 pessoas, que contenham ar-condicionado, sistema de som, televisão, frigobar e com disponibilização de água durante toda a viagem.	
Trajeto:	<p>Trecho 01:</p> <p>Ida: Quixeré/CE – Limoeiro do Norte/CE – Quixeramobim/CE – Crateús/CE – Buriti dos Montes/PI – 575 km</p> <p>Volta: Buriti dos Montes/PI – Crateús/CE – Quixeramobim/CE – Limoeiro do Norte/CE – Quixeré/CE – 575 km</p> <p>Trecho 02:</p> <p>Ida: Icapuí/CE – Aracati/CE – Itaiçaba/CE – Jaguaruana/CE – Russas/CE – Quixeramobim/CE – Crateús/CE – Buriti dos Montes/PI – 675 km</p> <p>Volta: Buriti dos Montes/PI – Crateús/CE – Quixeramobim/CE – Limoeiro do Norte/CE – Russas/CE – Jaguaruana/CE – Itaiçaba/CE – Aracati/CE – Icapuí/CE. – 675 km</p>	
Pontos de paradas desde o início até o final da viagem.	TRECHO 01 Micro-ônibus 01	TRECHO 02 Micro-ônibus 02
	<p>1º DIA:</p> <p>06h: Saída de Quixeré/CE (Embarque de membros do CBH);</p> <p>06h30min: Limoeiro do Norte/CE (Embarque de membros do CBH);</p> <p>08h: Quixeramobim/CE: Parada para Coffee Break;</p> <p>08h30: Saída de Quixeramobim/CE para Crateús/CE;</p> <p>12h: Crateús/CE – Parada para Almoço e após almoço: deslocamento para o Hotel;</p> <p>13h: Crateús/CE – Chegada ao Hotel.</p> <p>14h as 17h: Palestra (no Hotel).</p>	<p>1º DIA:</p> <p>04h: Saída de Icapuí/CE;</p> <p>05h: Parada em Aracati/CE;</p> <p>05h20min: Parada em Itaiçaba/CE;</p> <p>05h50min: Parada em Jaguaruana/CE;</p> <p>06h50min: Parada em Russas/CE;</p> <p>8h: Quixeramobim: Parada para Coffee Break;</p> <p>08h30: Saída de Quixeramobim/CE para Crateús/CE;</p> <p>12h: Crateús – Parada para Almoço e após almoço: deslocamento para o Hotel;</p> <p>13h: Crateús – Chegada ao Hotel.</p> <p>14h as 17h: Palestra (no Hotel).</p>
	<p>2º DIA:</p> <p>08h: Saída de Crateús/CE para Buriti dos Montes/PI;</p> <p>09h: Parada em Buriti dos Montes/PI;</p> <p>12h: Parada para Almoço em Buriti dos Montes/PI;</p> <p>13h: Saída de Buriti dos Montes/PI para o Hotel em Crateús/CE;</p> <p>14h as 17h: Palestra (no Hotel).</p>	<p>2º DIA:</p> <p>08h: Saída de Crateús/CE para Buriti dos Montes/PI;</p> <p>09h: Parada em Buriti dos Montes/PI;</p> <p>12h: Parada para Almoço em Buriti dos Montes/PI;</p> <p>13h: Saída de Buriti dos Montes/PI para o Hotel em Crateús/CE;</p> <p>14h as 17h: Palestra (no Hotel).</p>
	<p>3º DIA:</p> <p>08h: Saída de Crateús para Quixeramobim/CE;</p> <p>12h: Parada para Almoço em Quixeramobim/CE;</p> <p>13h: Saída de Quixeramobim/CE para Limoeiro do Norte/CE;</p> <p>15h30: Parada em Limoeiro do Norte/CE para coffee break;</p> <p>16h: Saída de Limoeiro do Norte/CE, para Quixeré/CE;</p> <p>16h30: Parada em Quixeré/CE e Encerra-se a viagem.</p>	<p>3º DIA:</p> <p>08h: Saída de Crateús/CE, para Quixeramobim/CE;</p> <p>12h: Parada para Almoço em Quixeramobim/CE;</p> <p>13h: Saída de Quixeramobim/CE para Limoeiro do Norte/CE;</p> <p>15h30: Parada em Limoeiro do Norte/CE p/coffee break.</p> <p>16h: Saída de Limoeiro do Norte/CE, para Russas/CE;</p> <p>16h30: Parada em Russas/CE;</p> <p>17h30: Parada em Jaguaruana/CE; (desembarque);</p>

		18h: Parada em Itaíba/CE (desembarque) 18h20: Parada em Aracati/CE (desembarque) 19h: Parada em Icapuí/CE (desembarque) e encerra-se a viagem.
Ponto de partida (na ida):	Trecho 01: Quixeré/CE	Trecho 02: Icapuí/CE
Ponto de partida (na volta)	Trecho 01: Crateús/CE	Trecho 02: Crateús/CE
Total da quilometragem (soma dos trajetos: ida e volta).	2.500 km – (Incluindo trecho da visita técnica. O trajeto será realizado em estrada normal (pavimentada), mas há trechos de forma carroçável).	

BACIA HIDROGRÁFICA RIO BANABUIÚ

Capacitação:	Visita técnica ao projeto de integração do Rio São Francisco	
Transporte:	01 Ônibus com motorista com ano de fabricação mínima de 2015, com no mínimo 60 lugares, que disponibilize ar-condicionado, toalete, som ambiente, CD/CVD, Monitores e Wi-fi, com disponibilização de água mineral gelada durante toda a viagem.	
Trajeto: (ida e volta pelos mesmos municípios)	Ida: Quixeramobim/CE, Senador Pompeu/CE, Milhã/CE, Solonópole/CE, Orós/CE, Icó/CE, Barro/CE, Milagre/CE, Brejo Santo/CE, Salgueiro/PE. 600km Volta: Salgueiro/PE, Brejo Santo/CE, Milagre/CE, Barro/CE, Icó/CE, Orós/CE, Solonópole/CE, Milhã/CE, Senador Pompeu/CE, Quixeramobim/CE. 600km	
Pontos de paradas e trajetos desde o início até o final da viagem.	1º DIA IDA: 1. Sairá de Quixeramobim/CE fará Paradas rápidas para embarcar os membros do Comitê nos municípios de Senador Pompeu/CE → Milhã/CE → Solonópole/CE; 2. Parada para Coffee Break: Solonópole/CE (Previsão de 40 min) 3. Parada para Almoço: Brejo Santo/CE (Previsão de 01h) 4. Chegada em Salgueiro/PE (Previsão de chegada às 15h) 2º DIA: Capacitação – Visita técnica ao projeto de integração do Rio São Francisco Almoço – Salgueiro/PE Coffee Break – no local da capacitação servido no turno da manhã Coffee Break – no local da capacitação servido no turno da tarde. 3º DIA VOLTA: 1. Ponto de Partida – Salgueiro/PE. 2. Parada para Coffee Break → Brejo Santo/CE (Previsão de 40 min) 3. Parada para Almoço → Icó/CE (Previsão de 1h) 4. Parada para Coffee Break → Solonópole/CE (Previsão de 40 min) 5. Chegada em Quixeramobim/CE. (Previsão de chegada às 15h30min)	
Ponto de partida (na ida)	Quixeramobim/CE – Horário previsto: 05h30min.	
Ponto de partida (na volta)	Salgueiro/PE – Horário previsto 05h30min.	
Total da quilometragem (soma dos trajetos: ida e volta)	1.200 km – (incluindo percurso durante a visita)	

BACIA HIDROGRÁFICA DO COREAU

Capacitação:	Oficina de Mediação de Conflitos na Gestão da Água.	
Transporte:	Rota 01: transporte para 04 passageiros Rota 02: transporte para 07 passageiros Rota 03: transporte para 06 passageiros (veículo com motorista, ar-condicionado e água mineral gelada durante os percursos)	
Trajeto: (ida e volta pelos mesmos municípios)	Rota 01: Ibiapina/CE, Tianguá/CE, Tabainha/CE e Sobral/CE (4 passageiros) – 350 km	

	Rota 02: Chaval/CE, BarroquinhaV, Camocim/CE (sede e no Guriu/Torta), Granja/CE e Sobral/CE. (7 passageiros) – 522 km Rota 03: Uruoca/CE (Sede e Paracué), Moraújo/CE (no Quilombo Timbaúba e na Associação Capitão Felix), Senador Sá/CE e Sobral/CE. (6 passageiros) – 428 km
Pontos de paradas desde o início até o final da viagem.	Nos municípios descritos no trajeto para embarque e desembarque de membros do CBH.
Ponto de partida (na ida)	Rota 01: Saída de Ibiapina/CE as 05:30h Rota 02: Saída de Chaval/CE as 05:00h Rota 03: Saída de Uruoca/CE (Sede) as 06:00h
Ponto de partida (na volta)	As três rotas partem de Sobral/CE as 13:30h.
Total da quilometragem (soma dos trajetos: ida e volta).	1.300 km

BACIA HIDROGRÁFICA DO COREAÚ	
Capacitação:	Oficina de Participação e Representatividade
Transporte:	Veículo com motorista, ar-condicionado e água mineral gelada durante os percursos. Rota 01: transporte para 04 pessoas Rota 02: transporte para 07 pessoas Rota 03: transporte para 06 pessoas
Trajeto: (ida e volta pelos mesmos municípios)	Rota 01: Ibiapina/CE, Tianguá/CE, Tabainha/CE e Sobral/CE. – 350 km Rota 02: Chaval/CE, Barroquinha/CE, Camocim/CE (sede e no Guriu/Torta), Granja/CE e Sobral/CE. – 522 km Rota 03: Uruoca/CE (Sede e Paracué), Moraújo/CE (no Quilombo Timbaúba e na Associação Capitão Felix), Senador Sá/CE e Sobral/CE. – 428 km
Pontos de paradas desde o início até o final da viagem.	Nos municípios descritos no trajeto; para embarque e desembarque de membros do CBH.
Ponto de partida (na ida)	Rota 01: Ibiapina – Horário previsto: 09h Rota 02: Chaval – Horário previsto: 08h Rota 03: Uruoca – Horário previsto: 10h
Ponto de partida (na volta)	As três rotas partem de Sobral/CE as 13:30h.
Total da quilometragem (soma dos trajetos: ida e volta).	1.300 km

BACIA HIDROGRÁFICA DO COREAÚ	
Capacitação:	Encontro sobre Participação e autonomia do CBH
Transporte:	Veículo com motorista, ar-condicionado e água mineral gelada durante os percursos. Rota 01: transporte para 04 pessoas Rota 02: transporte para 07 pessoas Rota 03: transporte para 06 pessoas
Trajeto: (ida e volta pelos mesmos municípios)	Rota 01: Ibiapina/CE, Tianguá/CE, Tabainha/CE e Sobral/CE – 350 km Rota 02: Chaval/CE, Barroquinha/CE, Camocim/CE (sede e no Guriu/Torta), Granja/CE e Sobral/CE – 522 km Rota 03: Uruoca/CE a (Sede e Paracué), Moraújo/CE (no Quilombo Timbaúba e na Associação Capitão Felix), Senador Sá/CE e Sobral/CE – 428 km
Pontos de paradas desde o início até o final da viagem.	Nos municípios descritos no trajeto; para embarque e desembarque de membros do CBH.
Ponto de partida (na ida)	Rota 01: Saída de Ibiapina/CE às 05:30h Rota 02: Saída de Chaval/CE às 05h Rota 03: Saída de Uruoca/CE (Sede) às 06h

Ponto de partida (na volta)	As três rotas partem de Sobral às 15:30h.
Total da quilometragem (soma dos trajetos: ida e volta).	1.300 km

BACIA HIDROGRÁFICA DO COREAÚ	
Capacitação:	Seminário Água e Gênero
Transporte:	Veículo com motorista, ar-condicionado e água mineral gelada durante os percursos. Rota 01: transporte para 04 pessoas Rota 02: transporte para 07 pessoas Rota 03: transporte para 06 pessoas
Trajeto: (ida e volta pelos mesmos municípios)	Rota 01: Ibiapina/CE, Tianguá/CE, Tabainha/CE e Sobral/CE – 350 km Rota 02: Chaval/CE, Barroquinha/CE, Camocim/CE (sede e no Guriu/Torta), Granja/CE e Sobral/CE – 522 km Rota 03: Uruoca/CE (Sede e Paracurá), Moraujo/CE (no Quilombo Timbaúba e na Associação Capitão Félix), Senador Sá/CE e Sobral/CE – 428 km
Pontos de paradas desde o início até o final da viagem.	Nos municípios descritos nos trajetos; para embarque e desembarque de membros do CBH.
Ponto de partida (na ida)	Rota 01: Ibiapina – Horário previsto: 08h Rota 02: Chaval – Horário previsto: 07:30h Rota 03: Uruoca – Horário previsto: 09h
Ponto de partida (na volta)	As três rotas partem de Sobral/CE, tendo o horário previsto para 15:30h.
Total da quilometragem (soma dos trajetos: ida e volta).	1.300 km

BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CURU	
Capacitação:	Visita técnica sobre a Alocação Negociada de Água ao Perímetro Irrigado de Tabuleiro de Russas
Transporte:	01 ônibus executivo para 50 pessoas, com ano de fabricação mínima em 2018, com banheiro e serviço de bordo incluso.
Trajeto:	1º dia – Ida: Pentecoste/CE – Apuiarés/CE – General Sampaio/CE – Paramoti/CE – Caridade/CE – Canindé/CE – (parada para Coffee breaks) – Choró/CE – Quixadá/CE – Morada Nova/CE – Limoeiro do Norte/CE (almoço e coffee break no turno da tarde) – Tabuleiro de Russas/CE – 450 km 2º dia Volta: Limoeiro do Norte/CE - (parada para coffee break, local a definir) – Tabuleiro de Russas/CE (parada para almoço) - Morada Nova/CE – Quixadá/CE – Choró/CE – Canindé/CE – Caridade/CE – Paramoti/CE – General Sampaio/CE – Apuiarés/CE – Pentecoste/CE – 450 km
Pontos de paradas desde o início até o final da viagem.	Nos municípios descritos nos trajetos acima, para embarque e desembarque de membros do CBH.
Ponto de partida (na ida):	Pentecoste/CE – Horário previsto: 07h
Ponto de partida (na volta)	Limoeiro do Norte/CE – Horário previsto: 14h
Total da quilometragem (soma dos trajetos: ida e volta).	900 km – via BR 020

BACIA HIDROGRÁFICA MÉDIO JAGUARIBE	
Capacitação:	Capacitação Temática e “Visita Técnica ao Projeto de Integração do rio São Francisco – Estação de Bombeamento 03 – Eixo Norte”.
Transporte:	02 Micro Ônibus com ano de fabricação mínima em 2015, com no mínimo 28 lugares, totalizando 56 pessoas, que contenham ar-condicionado, sistema de som, televisão, frigobar e com disponibilização de água durante toda a viagem.
Trajeto:	Trecho 01: Ida: Limoeiro do Norte/CE – Tabuleiro do Norte/CE – Alto Santo/CE – Iracema/CE – Ererê/CE – Pereiro/CE – Icó/CE – Salgueiro/PE – 615 km Volta: Salgueiro/PE – Icó/CE – Pereiro/CE – Ererê/CE – Iracema/CE – Alto Santo/CE – Tabuleiro do Norte/CE – Limoeiro do Norte/CE – 615 km

	<p>Trecho 02:</p> <p>Ida: Deputado Irapuan Pinheiro/CE – Solonópole/CE – Jaguaretama/CE – Jaguaribara/CE – Jaguaribe/CE – Icó/CE – Salgueiro/PE – 505 km</p> <p>Volta: Salgueiro/PE – Icó/CE – Jaguaribe/CE – Jaguaribara/CE – Jaguaretama/CE – Solonópole/CE – Deputado Irapuan Pinheiro/CE – 505 km</p>	
Pontos de paradas desde o início até o final da viagem.	TRECHO 01 – Micro-ônibus 01	TRECHO 02 – Micro-ônibus 02
	<p>1º DIA:</p> <p>05h: Saída de Limoeiro do Norte/CE; 05h20min: Tabuleiro do Norte/CE (embarques);</p> <p>06h: Alto Santo/CE;</p> <p>06h40min: Iracema/CE;</p> <p>07h: Ererê /CE;</p> <p>07h20min: Pereiro/CE;</p> <p>08h30min: Icó/CE (Parada p/coffee break);</p> <p>09h: Saída de Icó c/destino a Salgueiro/PE;</p> <p>2h30min: Parada para almoço em Salgueiro/PE;</p> <p>13h: Check in no Hotel;</p> <p>14h as 17h: Palestra (no Hotel).</p>	<p>1º DIA:</p> <p>04h30min: Saída de Irapuan Pinheiro/CE;</p> <p>05h30min: Solonópole/CE (embarques);</p> <p>06h10min: Jaguaretama/CE;</p> <p>07h: Jaguaribara/CE</p> <p>07h50min: Jaguaribe/CE;</p> <p>08h30min: Icó (Parada p/coffee break);</p> <p>09h: Saída de Icó c/destino a Salgueiro/PE;</p> <p>12h30min: Parada para almoço em Salgueiro/PE;</p> <p>13h: Check in no Hotel;</p> <p>14h as 17h: Palestra (no Hotel).</p>
	<p>2º DIA:</p> <p>08h: Saída p/PISF-Eixo Norte EB 3 Salgueiro/PE</p> <p>12h: Parada para Almoço em Salgueiro/PE</p> <p>14h: Visita técnica ao PISF EB 3 e estruturas</p> <p>17h: Retorno para Hotel</p>	<p>2º DIA:</p> <p>08h: Saída p/PISF-Eixo Norte EB 3 Salgueiro/PE</p> <p>12h: Parada para Almoço em Salgueiro/PE</p> <p>14h: Visita técnica ao PISF EB 3 e estruturas</p> <p>17h: Retorno para Hotel</p>
	<p>3º DIA:</p> <p>08h: Saída de Salgueiro/PE;</p> <p>12h: Parada para Almoço em Icó/CE;</p> <p>13h: Saída de Icó/CE;</p> <p>14h: Parada em Pereiro/CE (desembarques);</p> <p>14h20min: Ererê/CE;</p> <p>14h30min: Iracema/CE;</p> <p>15h10min: Alto Santo/CE;</p> <p>15h50min: Tabuleiro do Norte/CE;</p> <p>16h20min: Limoeiro do Norte/CE.</p>	<p>3º DIA:</p> <p>08h: Saída de Salgueiro/PE;</p> <p>12h: Parada para Almoço em Icó/CE;</p> <p>13h: Saída de Icó/CE;</p> <p>14h: Parada em Jaguaribe/CE (desembarques);</p> <p>15h: Jaguaribara/CE;</p> <p>15h40min: Jaguaretama/CE;</p> <p>16h40min: Solonópole/CE;</p> <p>18h: Deputado Irapuan Pinheiro/CE.</p>
Ponto de partida (na Ida):	Trecho 01: Limoeiro do Norte/CE	Trecho 02: Deputado Irapuan Pinheiro/CE
Ponto de partida (na volta)	Trecho 01: Salgueiro/PE	Trecho 02: Salgueiro/PE
Total da quilometragem (soma dos trajetos: ida e volta).	2.240 km	

BACIA HIDROGRÁFICA DO LITORAL	
Capacitação:	Visita Técnica à Universidade Federal do Semiárido
Transporte:	01 Ônibus com motorista com ano de fabricação mínima de 2018, com no mínimo 50 lugares, que disponibilize ar-condicionado, toalete, som ambiente, CD/CVD, entrada para pendrive, monitores e wifi, com disponibilização de água mineral gelada durante toda a viagem.
Trajetos:	Itapipoca/CE – Fortaleza/CE – Pau dos Ferros/RN – 550 km Pau dos Ferros/RN – Fortaleza/CE – Itapipoca/CE – 550 km
Pontos de paradas e trajetos desde o início até o final da viagem	<p>1º DIA:</p> <p>07h – Coffee break em Itapipoca/CE na Gerência Regional do Litoral;</p> <p>07h30 – saída de Itapipoca/CE;</p>

	<p>12h30 – almoço em Aracati/CE;</p> <p>14h – saída de Aracati/CE;</p> <p>16h30 – chegada em Pau dos Ferros/RN com check-in;</p> <p>19h – jantar em Pau dos Ferros/RN.</p> <p>2º DIA:</p> <p>07h – café da manhã no hotel;</p> <p>08h – Deslocamento: saída p/a Universidade: 1ª etapa da Capacitação na Universidade Federal do Semiárido;</p> <p>12h – Almoço no local do evento;</p> <p>13h – Deslocamento no local: 2ª etapa da Capacitação na Universidade Federal do Semiárido;</p> <p>15h – Coffee break.</p> <p>16h – Encerramento.</p> <p>19h – Jantar no hotel.</p> <p>3º DIA:</p> <p>07h – Café da manhã no hotel;</p> <p>08h – Saída do hotel com retorno à Itapipoca/CE;</p> <p>12h – Almoço em Aracati/CE;</p> <p>18h – Chegada em Itapipoca/CE na Gerência Regional do Litoral.</p>
Ponto de partida (na ida)	Itapipoca: da Gerência Regional do Litoral (Av. Monsenhor Tabosa, 3000. Itapipoca/CE). Horário previsto: 07h
Ponto de partida (na volta)	Pau dos Ferros (RN)- Horário previsto: 8h
Total da quilometragem (soma dos trajetos: ida e volta).	1.100 km

BACIAS DA REGIÃO METROPOLITANA	
Capacitação:	Visita Técnica Conhecendo a Bacia – Experiência Exitosa
Transporte:	01 Ônibus com motorista com ano de fabricação mínima de 2020, com no mínimo 45 lugares, que disponibilize ar-condicionado, toalete, som ambiente, CD/DVD, Monitores e Wi-fi, com disponibilização de água mineral gelada durante toda a viagem.
Trajeto:	<p>IDA: Fortaleza/CE – Parque Aquático Aquiraz (Porto das Dunas) em Aquiraz/CE – 30 km</p> <p>VOLTA: Parque Aquático Aquiraz (Porto das Dunas) em Aquiraz/CE – Fortaleza/CE – 30 km</p>
Pontos de paradas e trajetos desde o início até o final da viagem.	<p>IDA:</p> <p>1. Sairá de Fortaleza/CE (sede da Cogeh), e fará paradas para embarcar os membros do Comitê durante o trajeto, em locais às margens da rodovia.</p> <p>VOLTA:</p> <p>1. Sairá do Parque Aquático (Porto das Dunas) e fará paradas para desembarcar os membros do Comitê durante o trajeto, em locais às margens da rodovia, retornando para a sede da Cogeh.</p>
Ponto de partida (na ida)	Fortaleza/CE (sede da Cogeh) – Horário previsto: 07h30min (previsão)
Ponto de partida (na volta)	Parque Aquático (Porto das Dunas) Aquiraz/CE – Horário previsto: 15h
Total da quilometragem (soma dos trajetos: ida e volta).	60 km

BACIAS DA REGIÃO METROPOLITANA	
Capacitação:	Seminário Semana da Água em Aracoiaba
Transporte:	01 Ônibus com motorista com ano de fabricação mínima de 2020, com no mínimo 45 lugares, que disponibilize ar-condicionado, toalete, som ambiente, CD/DVD, Monitores e Wi-fi, com disponibilização de água mineral gelada durante toda a viagem.
Trajeto:	<p>IDA: Fortaleza/CE – Aracoiaba/CE-110 km</p> <p>VOLTA: Aracoiaba/CE – Fortaleza/CE – 110 km</p>
Pontos de paradas e trajetos	IDA:

desde o início até o final da viagem.	Sairá de Fortaleza/CE e fará Paradas para embarcar os membros do Comitê durante o trajeto, em locais às margens da rodovia. VOLTA: Sairá de Aracoiaba/CE com paradas para desembarcar os membros do Comitê durante o trajeto, em locais às margens da rodovia, retornando para a sede da Cogerh.
Ponto de partida (na ida)	Fortaleza/CE (sede da Cogerh) – Horário previsto: 07h30min (previsão)
Ponto de partida (na volta)	Aracoiaba/CE – Horário previsto: 15h
Total da quilometragem (soma dos trajetos: ida e volta).	220 km

BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALGADO	
Capacitação:	Visita Técnica ao Perímetro Irrigado Nilo Coelho (Petrópolis – PE)
Transporte:	02 micro-ônibus sprinter com capacidade para 25 pessoas, com ar-condicionado e água gelada durante os trajetos. (Obs: 02 rotas distintas que se encontram na cidade de Brejo Santo/CE para almoço, tanto na ida quanto na volta).
Trajeto:	ROTA 01: Ida: Caririáçu/CE – Granjeiro/CE – Várzea Alegre/CE – Crato/CE, Brejo Santo/CE e Petrópolis/PE – 665 km Volta: Petrópolis/PE – Brejo Santo/CE – Crato/CE – Várzea Alegre/CE – Granjeiro/CE e Caririáçu/CE – 665 km ROTA 02: Ida: Cedro/CE – Icó/CE – Umari/CE – Baixo/CE – Ipaumirim/CE – Lavras da Mangabeira/CE – Aurora/CE, Brejo Santo/CE (parada para almoço) e Petrópolis/PE – 675 km Volta: Petrópolis/PE – Brejo Santo/CE (parada para almoço) – Aurora/CE – Lavras da Mangabeira/CE – Ipaumirim/CE – Baixo/CE – Umari/CE – Icó/CE e Cedro/CE – 675 km
Pontos de paradas desde o início até o final da viagem.	Em todos locais descritos nas rotas acima, para embarque e desembarque de membros do CBH. Haverá paradas para almoço na ida e na volta, ambas em Brejo Santo/CE.
Ponto de partida (na ida)	Rota 01: Cidade: Caririáçu/CE – Horário Previsto: 07h Rota 02: Cidade: Cedro/CE – Horário Previsto: 07h
Ponto de partida (na volta)	Rota 01 e 02: Cidade de Petrópolis/PE – Horário Previsto: 07h
Total da quilometragem (soma dos trajetos: ida e volta).	2.680 km

BACIA HIDROGRÁFICA DA SERRA DA IBIAPABA	
Capacitação:	Capacitação/Visita técnica para conhecer as condições de preservação ambiental da região Serra das Almas – Crateús/CE
Transporte:	01 ônibus com motorista com no mínimo 30 lugares, que disponibilize ar-condicionado, som ambiente e água mineral gelada durante toda a viagem.
Trajeto:	Ida: Tianguá/CE – Ubajara/CE – Ibiapina/CE – São Benedito/CE – Carnaubal/CE – Guaraciaba do Norte/CE – Crateús/CE – 280 km Volta: Crateús/CE – Guaraciaba do Norte/CE – Carnaubal/CE – São Benedito/CE – Ibiapina/CE – Ubajara/CE – Tianguá/CE – 280 Km.
Pontos de paradas desde o início até o final da viagem.	06h (da manhã) – Início da rota: Tianguá/CE – Catedral, seguiremos colhendo membros do Comitê em Ubajara/CE, Ibiapina/CE, São Benedito/CE, Carnaubal/CE e Guaraciaba do Norte/CE. 07:30h – Parada para o coffee break em Guaraciaba do Norte/CE. 10:30h – Chegada em Crateús/CE (Serra das Almas). 13:30h – Parada para o almoço em Crateús/CE. 17:00h – Parada para o coffee break a tarde em Guaraciaba do Norte/CE.
Ponto de partida (na ida)	Tianguá/CE – Previsão de Horário: 07h
Ponto de partida (na volta)	Crateús/CE – Previsão de Horário: 14:30h

Total da quilometragem (soma dos trajetos: ida e volta).	560 km
--	--------

BACIA HIDROGRÁFICA DA SERRA DA IBIAPABA	
Capacitação:	Capacitação/Visita técnica ao Sistema Agroflorestal (SAF) – Viçosa do Ceará /
Transporte:	01 ônibus com motorista com no mínimo 30 lugares, que disponibilize ar-condicionado, som ambiente e água mineral gelada durante toda a viagem.
Trajetos:	Ida: São Benedito/CE – Ibiapina/CE – Ubajara/CE – Tianguá/CE – Viçosa do Ceará/CE – 100 km Volta: Viçosa do Ceará/CE – Tianguá/CE – Ubajara/CE – Ibiapina/CE – São Benedito/CE – 100 Km.
Pontos de paradas desde o início até o final da viagem.	07h (da manhã): Início da rota: São Benedito/CE – COGERH, seguiremos colhendo membros do Comitê em Ibiapina/CE, Ubajara/CE, Tianguá/CE e Viçosa do Ceará/CE. 08:30h – Parada para coffee break em Viçosa do Ceará/CE. 09:00h – Chegada ao Sistema Agroflorestal. 12:00h – Parada para o almoço em Viçosa do Ceará/CE.
Ponto de partida (na ida)	São Benedito/CE – Previsão de Horário: 07:00h
Ponto de partida (na volta)	Viçosa do Ceará/CE – Previsão de Horário: 13:30h
Total da quilometragem (soma dos trajetos: ida e volta).	200 km

BACIA HIDROGRÁFICA SERTÕES DE CRATEÚS	
Atividade:	Visita técnica ao Centro Ecológico Samuel Johnson (Reserva Natural Serra das Almas)
Transporte:	01 micro-ônibus, com motorista, com ano de fabricação mínima de 2018, com no mínimo 28 lugares, que tenha ar-condicionado e com disponibilização de água mineral gelada durante toda a viagem.
Trajetos:	Ida: Crateús/CE – Localidade de Cabaças Zona Rural/Crateús/CE – 40 km Volta: Localidade de Cabaças Zona Rural/Crateús/CE – 40 km Incluindo 30 km de estrada carroçável: 30 km na ida e 30 km na volta/estrada vicinal
Pontos de paradas e trajetos desde o início até o final da viagem.	07h: Saída de Crateús/CE; 08h00min: Chegada no Centro Ecológico Samuel Johnson (Reserva Natural Serra das Almas); 08h10min: Acolhida, coffee break e atividades; 12h: Encerramento e almoço. 13h30min: Retorno para Crateús/CE. 14h30min: Chegada a Crateús/CE.
Ponto de partida (na ida)	Saída: Crateús /CE, do Centro da Cidade – Horário previsto: 07 horas
Ponto de partida (na volta)	Saída: Cabaças Zona Rural/Crateús/CE – Horário previsto: 13h30min
Total da quilometragem (soma dos trajetos: ida e volta).	80 km

ANEXO G – EVENTOS QUE NECESSITAM DE INSTRUTOR(A): TEMA, PERFIL PROFISSIONAL, PRODUTOS ESPERADOS, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO BÁSICO.

Nº	CBH
1	<p>BACIA DO ACARAÚ: 01 CAPACITAÇÃO OFICINA PRESENCIAL Tema: Comunicação Popular Público: 40 membros do CBH Acaraú e Convidados Título: Capacitação em Comunicação Popular Município: Sobral/CE Perfil Profissional para ministrar:</p> <p>A(o) Profissional deverá ter formação superior, com experiência mínima 05 anos de atuação em processos formativos de Comunicação Popular, junto a grupos (conselhos, comitês, etc) que desenvolvam ações de controle social e de comunicação popular. Esta deve ter uma abordagem metodológica participativa e inclusiva, isto é, estabeleça uma linguagem acessível e que possibilite a reflexão da realidade, social, econômica e ambiental da região de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica considerando a comunicação popular.</p> <p>Carga horária total: 20 horas</p> <p>08 horas: Planejamento, elaboração da proposta e confecção do relatório final;</p> <p>04 horas: Reunião prévia de forma presencial para conversar com a Secretaria executiva e representantes da Câmara Temática de Capacitação e Comunicação do CBH Acaraú, para dar conhecimento e fazer os ajustes finais da condução do processo formativo da Oficina.</p> <p>08 horas: Execução da Oficina.</p> <p>Produto(s) esperado(s):</p> <p>Plano de trabalho contendo a descrição da metodologia, conteúdos e referencial teórico;</p> <p>Relatório final da atividade.</p> <p>Conteúdo programático básico:</p> <p>Aspectos teóricos e práticos da comunicação popular;</p> <p>Comunicação popular e Participação social;</p> <p>Linguagem simples;</p> <p>Ferramentas da comunicação popular;</p> <p>Construção coletiva de estratégias de comunicação popular na gestão dos recursos hídricos.</p> <p>Previsão de Execução: 2026</p>
2	<p>BACIA HIDROGRÁFICA DO BANABUIÚ: 01 CAPACITAÇÃO CURSO PRESENCIAL Tema: Governança Hídrica Público-Alvo: 50 membros do Banabuiú-CE e convidados Título: Governança das Águas e Participação Cidadã: Desafios e Perspectivas Município: Quixeramobim/CE Carga horária total: 40 horas</p> <p>28 horas: Planejamento do curso, preparação do material didático, fundamentação do tema e preparação de recursos multimídia.</p> <p>08 horas: Execução do curso.</p> <p>04 horas: Reunião de avaliação do evento com a equipe do núcleo de gestão da Cogerh e elaboração do relatório pedagógico do curso.</p> <p>Perfil Profissional para ministrar:</p> <p>Profissional das áreas de gestão pública, sociologia, geografia ou engenharia ambiental, com experiência em participação social, políticas públicas e comitês de bacia.</p> <p>Conteúdo programático básico e metodologia:</p> <p>Fundamentos da Governança das Águas; Participação Social como Instrumento de Fortalecimento da Gestão; Arcabouço Legal e Institucional (Âmbito Nacional e Estadual); Órgãos Colegiados e Processo Decisório; Análise de Casos e Estratégias de Boas Práticas; Perspectivas e Desafios da Governança Hídrica; O curso poderá trabalhar com aulas expositivas dialogadas; Dinâmicas participativas; Trabalhos em grupo; Estudos de caso; plenárias temáticas.</p> <p>Produto(s) esperado(s):</p>

	<p>Apostila (formato PDF, impressa e digital) com conteúdo sobre o tema da capacitação ofertada (conteúdo ministrado e conteúdos complementares);</p> <p>Avaliações: da capacitação, do instrutor, do material didático, da infraestrutura e dos resultados esperados.</p> <p>Relatório da Capacitação (conteúdo ministrado e resultados de aprendizagem);</p> <p>Relatório do geral evento (dados diversos), anexando os registros fotográficos e listas de presenças.</p> <p>Previsão de execução: 2026</p>
3	<p>BACIA DO COREAÚ: 04 CAPACITAÇÃO</p> <p>OFICINA PRESENCIAL</p> <p>Tema: Mediação de Conflitos</p> <p>Público-Alvo: 30 membros do CBH Coreaú</p> <p>Título: Oficina de Mediação de Conflitos na Gestão da Água.</p> <p>Perfil Profissional para ministrar:</p> <p>Profissional com formação superior, com experiência mínima 05 (cinco) anos de atuação em processos formativos à Mediação de Conflitos, atuando com grupos (conselhos, comitês, entre outros) que desenvolvam ações de controle social e de gestão das águas. É essencial que o(a) instrutor(a) adote uma abordagem metodológica participativa e inclusiva, utilizando linguagem acessível e promovendo a reflexão crítica sobre a realidade social, econômica e ambiental da região de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica, especialmente considerando os conflitos por águas existentes na região.</p> <p>Carga horária total: 40 horas</p> <p>24 horas: Planejamento, elaboração da proposta e elaboração do relatório final;</p> <p>04 horas: Reunião presencial com a Secretaria-Executiva e representantes da Câmara Temática de Capacitação e Comunicação do CBH Coreaú, realizada um dia antes da oficina, para apresentação da proposta e ajustes finais na condução do processo formativo;</p> <p>12 horas: Execução da Oficina.</p> <p>Produto(s) Esperado(s):</p> <p>Plano de trabalho contendo a descrição da metodologia, dos conteúdos programáticos e do referencial teórico;</p> <p>Relatório final das atividades desenvolvidas.</p> <p>Conteúdo Programático Básico:</p> <p>Natureza dos conflitos de recursos hídricos;</p> <p>Administração de Conflitos no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos – SIGERH;</p> <p>Metodologia para a gestão de conflitos;</p> <p>Estudos de caso de conflitos de recursos hídricos.</p> <p>Previsão de Execução: 2026</p> <p>OFICINA PRESENCIAL</p> <p>Tema: Participação e Representatividade</p> <p>Público-Alvo: 30 membros do Comitê de Bacia Hidrográfica CBH – Coreaú</p> <p>Título: Oficina de Participação e Representatividade</p> <p>Perfil Profissional para Ministrar a Oficina:</p> <p>A(o) Profissional deverá ter formação superior e experiência mínima 05 anos de atuação em processos formativos da Gestão Participativa dos Recursos Hídricos, junto a grupos (conselhos, comitês, etc.) que desenvolvam ações de controle social em gestão de recursos hídricos. Deverá adotar uma abordagem metodológica participativa e inclusiva, que estabeleça uma linguagem acessível e que possibilite a reflexão da realidade social, econômica e ambiental da região de atuação do Comitê da bacia hidrográfica do Coreaú.</p> <p>Carga horária total: 28 horas</p> <p>16 horas: Planejamento da atividade e elaboração do relatório final do evento;</p> <p>04 horas: Reunião presencial com a Secretaria-Executiva e representantes da Câmara Temática de Capacitação e Comunicação do CBH Coreaú, a ser realizada um dia antes da Oficina, visando alinhamento e ajustes finais na condução do processo formativo;</p> <p>08 horas: Execução da Oficina.</p> <p>Produto(s) Esperado(s):</p> <p>Plano de trabalho contendo a proposta metodológica, conteúdos e referenciais teóricos;</p> <p>Relatório final da atividade.</p> <p>Conteúdo programático básico:</p>

	<p>A importância da representatividade na participação social;</p> <p>Desafios e limites na atuação dos colegiados na gestão dos recursos hídricos.</p> <p>Previsão de Execução: 2026</p> <p>ENCONTRO PRESENCIAL</p> <p>Tema: Participação e Autonomia</p> <p>Público-Alvo: 30 membros do Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH)</p> <p>Título: Encontro sobre Participação e Autonomia do CBH</p> <p>Perfil Profissional para ministrar:</p> <p>A(o) Profissional deverá possuir formação superior e experiência mínima 05 anos de atuação em processos formativos voltados para grupos (tais como conselhos, comitês, entre outros) que desenvolvam ações de controle social. Deverá adotar uma abordagem metodológica participativa e inclusiva, que estabeleça uma linguagem acessível e que possibilite a reflexão da realidade social, econômica e ambiental da região de atuação do Comitê da bacia hidrográfica do Coreau considerando a comunicação popular.</p> <p>Carga horária total: 36 horas</p> <p>30 horas: Planejamento da atividade, elaboração da proposta e relatório final da oficina;</p> <p>06 horas: Execução do seminário.</p> <p>Produto(s) esperado(s):</p> <p>Plano de trabalho com descrição da metodologia, conteúdos e referencial teórico;</p> <p>Relatório final da atividade.</p> <p>Conteúdo Programático Básico: A definir</p> <p>Previsão de Execução: 2026</p> <p>SEMINÁRIO PRESENCIAL:</p> <p>Tema: Água e gênero</p> <p>Público- Alvo: 30 membros do CBH Coreau</p> <p>Título: Seminário Água e Gênero.</p> <p>Perfil Profissional para ministrar o seminário:</p> <p>Uma profissional mulher com formação superior; com experiência mínima de 05 anos em desenvolvimento de processos participativos, no âmbito de políticas públicas no campo dos recursos hídricos e Gênero e áreas correlatas. Ter comprovações de experiências de trabalho junto a grupos e organizações específicas de mulheres com abordagem metodológica participativa e inclusiva.</p> <p>Carga horária total: 50 horas</p> <p>30 horas: Planejamento, elaboração da proposta e relatório final;</p> <p>04 horas: Reunião presencial, um dia antes do Seminário com a Secretaria-Executiva e representantes da Câmara Temática de Capacitação e Comunicação do CBH Coreau, para alinhamento e ajustes finais da condução do processo formativo.</p> <p>16 horas: Execução do seminário.</p> <p>Produto(s) esperados:</p> <p>Plano de trabalho contendo a proposta metodológica e os conteúdos a serem apresentados à Secretaria-Executiva;</p> <p>Relatório final da atividade contendo as estratégias que favoreçam a igualdade de gênero no Comitê de Bacia do Coreau.</p> <p>Conteúdo Programático Básico:</p> <p>Marco Conceitual: Gênero e Divisão Sexual do Trabalho;</p> <p>Articulação entre Gênero e Gestão de Águas;</p> <p>Aspectos legais do reconhecimento das mulheres na gestão integrada de recursos hídricos no Brasil e no mundo;</p> <p>Controle social, representatividade e equidade de gênero nas políticas de água;</p> <p>Avanços e desafios na inclusão das mulheres na gestão das águas.</p> <p>Previsão de Execução: 2026</p>
4	<p>BACIA DO CURU: 01 CAPACITAÇÃO</p> <p>CURSO PRESENCIAL</p> <p>Tema: Integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão urbana: conhecimento e acompanhamento do plano diretor.</p> <p>Público- Alvo: 50 membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu (CBH-Curu)</p>

	<p>Título: “Minicurso da Integração entre a gestão dos recursos hídricos e os Planos Diretores Municipais”.</p> <p>Perfil Profissional para ministrar o curso:</p> <p>Habilitação em uma das formações de nível superior a seguir: Geologia; Gestão Ambiental; Geografia; Engenharia Civil ou Arquitetura e Urbanismo (com conhecimento comprovado e expertise sobre o tema);</p> <p>Especialização em: Planejamento Urbano e Gestão Ambiental de Cidades ou Gestão Urbana, Planejamento e Desenvolvimento Sustentável; ou Gestão Urbana e Meio Ambiente;</p> <p>Experiência profissional mínima de 02 (dois) anos em atividades e/ou desenvolvimento de projetos afins à gestão urbana e ambiental.</p> <p>Município: Paraipaba/CE (Praia da Lagoinha)</p> <p>Carga horária total: 50 horas</p> <p>30h: Planejamento da capacitação, incluindo:</p> <p>Reunião prévia com a equipe do Núcleo de Gestão Participativa (NG) para definição do conteúdo;</p> <p>Elaboração do material didático e apresentação ao NG;</p> <p>Construção do plano de aula e do(s) instrumento(s) para os tipos de avaliações necessárias;</p> <p>10h/a: Execução do Curso de forma PRESENCIAL;</p> <p>02h: Reunião posterior com equipe Secretaria-Executiva e CBH para avaliação do evento e discussão sobre a elaboração do relatório desta capacitação;</p> <p>08h: Elaboração do relatório da capacitação;</p> <p>Produtos esperados:</p> <p>Apostila com o conteúdo da aula a ser ministrada (em PDF, impressa e digital);</p> <p>Apostila com conteúdo complementar (em PDF, impressa e digital);</p> <p>Realizar a Avaliação de Aprendizagem e da Avaliação de Reação (ambas conforme especificado neste Termo de Referência);</p> <p>Relatório da capacitação (com detalhamento do conteúdo ofertado, das discussões realizadas, dos resultados de aprendizagem, entre outros);</p> <p>Relatório do evento (contendo todos os dados pertinentes do evento, assim como os registros fotográficos e listas de presença).</p> <p>Conteúdo programático básico:</p> <p>Legislação dos Recursos Hídricos;</p> <p>Legislação da Gestão Urbana – Plano Diretor;</p> <p>Planejamento Urbano e Ambiental;</p> <p>Análise e Estratégias para integração da gestão urbana e a gestão dos recursos hídricos;</p> <p>Desafios para integração entre o Plano Diretor e o Plano da Bacia Hidrográfica.</p> <p>Previsão de Execução: 2026</p>
5	<p>BACIA DO LITORAL: 01 CAPACITAÇÃO</p> <p>OFICINA PRESENCIAL:</p> <p>Tema: Legislação Ambiental</p> <p>Público-Alvo: 40 membros do CBH Litoral</p> <p>Título: Oficina de Legislação Ambiental</p> <p>PERFIL PROFISSIONAL PARA MINISTRAR</p> <p>Habilitado em uma das formações de nível superior a seguir: Direito, Gestão Ambiental, Ciências Ambientais, Engenharia Ambiental, Geografia, Biologia ou áreas afins, com conhecimento aprofundado em legislação ambiental.</p> <p>Pós-graduação em Direito Ambiental, Gestão de Recursos Hídricos, Políticas Públicas Ambientais, Planejamento Urbano e Gestão Ambiental ou Desenvolvimento Sustentável. Experiência Profissional mínima de 02 anos em atividades e/ou desenvolvimento de projetos relacionados à gestão urbana e ambiental, com foco em legislação ambiental, gestão de resíduos e conservação de recursos hídricos.</p> <p>Município: Itapipoca/CE</p> <p>Carga Horária Total: 50 horas</p> <p>30h: Planejamento da capacitação incluindo:</p> <p>Reunião prévia com a equipe do Núcleo de Gestão Participativa p/definição do conteúdo;</p> <p>Elaboração do material didático e apresentação ao NG;</p>

	<p>Construção do plano de aula e do(s) instrumento(s) para os tipos de avaliações necessárias;</p> <p>10h/a: Execução presencial da oficina.</p> <p>02h: Reunião posterior com a equipe Secretaria-Executiva e do CBH para avaliação do evento e discussão sobre a elaboração do relatório desta capacitação;</p> <p>08h: Elaboração do relatório da capacitação.</p> <p>PRODUTOS ESPERADOS</p> <p>Apostila com o conteúdo da aula: Material impresso e digital (formato PDF), contendo os principais tópicos abordados na oficina, incluindo legislação ambiental, gestão de resíduos e práticas sustentáveis.</p> <p>Apostila com conteúdo complementar: Material impresso e digital (formato PDF), incluindo referências adicionais, artigos, estudos de caso e links para recursos online relevantes.</p> <p>Avaliação de aprendizagem: Aplicação de um questionário para medir o conhecimento adquirido pelos participantes, incluindo questões objetivas e dissertativas.</p> <p>Avaliação de Reação: Formulário para coletar feedback dos participantes sobre a qualidade da oficina, a relevância do conteúdo e o desempenho do ministrante.</p> <p>Relatório da capacitação que inclua: Conteúdo ofertado; Discussões realizadas durante a oficina; Resultados de aprendizagem e feedback dos participantes.</p> <p>Relatório do Evento, contendo: Número de participantes; Período e local da capacitação e anexos (registros fotográficos, listas de presença e outros).</p> <p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO BÁSICO</p> <p>Introdução à Legislação Ambiental: Conceitos fundamentais de legislação ambiental; Importância da legislação para a proteção da bacia hidrográfica.</p> <p>Marco Legal Ambiental no Brasil: Constituição Federal e direitos ambientais; Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981); Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998); Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei nº 12.651/2012).</p> <p>Legislação Específica da Bacia Hidrográfica do Litoral: Leis estaduais e municipais relevantes; Normas específicas de proteção de recursos hídricos.</p> <p>Aterros Sanitários: Legislação e Práticas: Lei de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010); Diretrizes para a operação e fiscalização de aterros sanitários; Impactos ambientais relacionados aos aterros; Casos de sucesso e desafios na implementação.</p> <p>Questões Ambientais Regionais: Desafios e oportunidades para a bacia hidrográfica do Litoral; políticas públicas e programas de conservação.</p> <p>Atividade Prática: Dinâmica em grupo: Análise de um caso prático relacionado a um aterro sanitário na região; Divisão dos participantes em grupos para discutir e apresentar soluções para os problemas identificados; Elaboração de um plano de ação considerando a legislação existente.</p> <p>Conclusão e Próximos Passos: Reflexão coletiva sobre os aprendizados da oficina; Sugestões de continuidade e definição de ações a serem implementadas na bacia hidrográfica.</p> <p>Orientações para a Atividade Prática: Incentivar a pesquisa de dados e legislações pertinentes durante a atividade. Fomentar a discussão sobre alternativas e boas práticas de gestão de resíduos.</p> <p>Previsão de Execução: 2026</p>
6	<p>BACIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA.</p> <p>REALIZAÇÃO DE 05 (cinco) OFICINAS PRESENCIAIS</p> <p>(Descrição comum às 05 oficinas na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF)</p> <p>Importante: A oficina descrita a seguir será replicada, com as devidas adaptações, para cada Comissão Gestora dos seguintes sistemas hídricos das bacias hidrográficas da RMF: Malcozinhado, Germinal, Pesqueiro, Castro e Aracoiaba.</p> <p>Tema: Plano de Aproveitamento do Sistema Hídrico</p> <p>Público- Alvo: Membros das Comissões Gestoras dos açudes da RMF e atores sociais convidados (30 participantes por oficina). Total: 150 pessoas</p> <p>Título: Oficina de Construção do Plano de Aproveitamento do Açude</p> <p>Municípios: Cascavel/CE, Palmácia/CE, Capistrano/CE, Itapiúna/CE, Aracoiaba/CE.</p> <p>Perfil Profissional para Ministrar as Oficinas:</p> <p>Composição de uma equipe multidisciplinar com no mínimo dois profissionais que possuam:</p> <p>Conhecimento e experiência mínima de dois anos nas seguintes áreas: recursos hídricos; planejamento participativo; mobilização social; elaboração de projetos hidroambientais.</p> <p>Formação acadêmica em: Serviço Social, Sociologia, Administração, Psicologia Social, Engenharia Ambiental, Hidrologia, Geografia e Engenharia Agrônoma.</p> <p>Especialização nas áreas mencionadas.</p>

	<p>Carga Horária:</p> <p>Por oficina: 32 horas</p> <p>Total das 05 oficinas: 160 horas</p> <p>Distribuição da carga horária por oficina:</p> <p>20 horas: Planejamento das Oficinas com a equipe do Núcleo de Gestão, incluindo elaboração do material didático, preparação de recursos multimídia e fundamentação teórica;</p> <p>08 horas: Execução presencial da Oficina;</p> <p>04 horas: Reunião de avaliação do trabalho com a equipe do Núcleo de Gestão.</p> <p>Produto(s) esperado(s):</p> <p>Apostila contendo o conteúdo abordado na Oficina.</p> <p>Documento contendo o Plano de Aproveitamento de cada reservatório, incluindo os respectivos projetos de ação;</p> <p>Relatório final do processo de construção participativa.</p> <p>Conteúdo Programático Básico e Metodologia das Oficinas das CG/RMF:</p> <p>Conceituação do Plano de Aproveitamento de Reservatório (significado, objetivos, etapas e etc).</p> <p>Conceito da técnica Metaplan e de outras técnicas utilizadas.</p> <p>Desenvolver de forma participativa:</p> <p>A Matriz Institucional, a Matriz de envolvimento, a Matriz de problemas e de propostas; o Plano de Aproveitamento do Sistema Hídrico e o Plano de trabalho da Comissão Gestora.</p> <p>Previsão de Execução: 2026</p>
7	<p>BACIA DA SERRA DA IBIAPABA – 02 CAPACITAÇÃO.</p> <p>CURSO PRESENCIAL</p> <p>Tema: Conhecer as obrigações e deveres dos proprietários de terra em relação aos recursos hídricos, conforme a legislação ambiental.</p> <p>Público-alvo: 30 membros do Comitê de Bacia da Serra da Ibiapaba e convidados.</p> <p>Título: Capacitação/Visita técnica para conhecer as condições de preservação ambiental da região Serra das Almas – Crateús</p> <p>Município: Crateús – CE</p> <p>Perfil Profissional para ministrar:</p> <p>Graduação em uma das seguintes áreas: Engenharia Ambiental, Gestão Ambiental, Agronomia ou Geografia;</p> <p>Experiência mínima de dois (02) anos de atuação na área ambiental.</p> <p>Carga Horária Total: 10 horas</p> <p>04 horas: Planejamento da Capacitação</p> <p>04 horas: Execução presencial da Capacitação</p> <p>02 horas: Reunião de Avaliação.</p> <p>Produto(s) esperado(s):</p> <p>Apostila com o conteúdo da Capacitação (em formato PDF).</p> <p>Relatório final da Capacitação.</p> <p>Conteúdo programático básico e Metodologia:</p> <p>Capacitação com explanações teóricas e discussões abordando a legislação ambiental, importância da preservação da fauna e da flora impactando na preservação da biodiversidade da região.</p> <p>Previsão de Execução: 2026</p> <p>BACIA DA SERRA DA IBIAPABA</p> <p>CURSO PRESENCIAL</p> <p>Tema: Conhecer as obrigações e deveres dos proprietários de terra em relação aos recursos hídricos, conforme a legislação ambiental.</p> <p>Público-alvo: 30 membros do Comitê de Bacia da Serra da Ibiapaba e convidados.</p> <p>Título: Capacitação/Visita técnica ao Sistema Agroflorestal (SAF) – Viçosa do Ceará – CE</p> <p>Município: Viçosa do Ceará – CE</p> <p>Perfil Profissional para ministrar:</p> <p>Graduação em uma das seguintes áreas: Engenharia Ambiental, Gestão Ambiental, Agronomia ou Geografia;</p>

	<p>Experiência mínima de dois (02) anos de atuação na área ambiental.</p> <p>Carga Horária Total: 10 horas</p> <p>04 horas: Planejamento da Capacitação</p> <p>04 horas: Execução presencial da Capacitação</p> <p>02 horas: Reunião de Avaliação.</p> <p>Produto(s) esperado(s):</p> <p>Apostila com o conteúdo da Capacitação (em formato PDF).</p> <p>Relatório final da Capacitação.</p> <p>Conteúdo programático básico e Metodologia:</p> <p>Capacitação com explanações teóricas e discussões abordando a legislação ambiental, importância da preservação da fauna e da flora impactando na preservação da biodiversidade da região.</p> <p>Previsão de Execução: 2026</p>
--	--

ANEXO II – CARTA PROPOSTA

À

Central de Licitações do Estado do Ceará

Ref.: Pregão Eletrônico nº 20260002

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.

3. Formação do Preço

GRUPO/ITEM _____					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR GLOBAL R\$					
Valor por extenso (_____)					

DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Local e data

Assinatura do representante legal

(Nome e cargo)

ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato nº ____ / 20__ –

Processo nº 29012.000379/2026-48

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O(A) _____ E (O) A _____, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O(A) _____, situada(o) na _____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, e a _____, com sede na _____, CEP: _____, Fone: _____, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº _____, doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Pregão Eletrônico nº 20260002, e seus anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do Pregão Eletrônico nº 20260002, o Termo de Referência, a proposta do contratado e eventuais anexos dos respectivos documentos os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O objeto do presente instrumento é a prestação dos serviços de apoio logístico e de instrutor(a) para a realização das Capacitações dos 12 (doze) Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará, das Comissões Gestoras de Sistemas Hídricos e do Fórum Cearense de Comitês de Bacias, nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA ALTERAÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir de sua celebração, observando o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016.

4.2. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos arts. 72 e 81 da Lei Federal nº 13.303/2016 e conforme dispuser o Regulamento Interno de Licitações e Contratos do CONTRATANTE.

4.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O regime de execução indireta se dará por EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

5.2. Os prazos e condições de conclusão, entrega, recebimento do objeto, obrigações e demais condições constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual nos termos estabelecidos no subitem 6.1 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____)

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DO RECEBIMENTO

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, bem como, as condições de recebimento, encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. O reajuste será aplicado após o transcurso de 1 (um) ano, contado a partir da data da apresentação da proposta, conforme o artigo nº 84, item 1, alínea “a” do Regulamento de Licitações e Contratos da COGERH – 2022.

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.2.1. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

9.2.1.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão lógica do direito.

9.2.1.2. Também ocorrerá a preclusão lógica do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por termo aditivo ou simples apostila unilateral e de competência do gestor do contrato, conforme artigo nº 85, item 3, alínea “a” do Regulamento de Licitações e Contratos da COGERH – 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

10.1. As obrigações referentes ao CONTRATANTE e ao CONTRATADO encontram-se definidas no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

11.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

11.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

11.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Contrato, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

11.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

11.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

11.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

11.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

11.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas,

11.7. Caso as PARTES necessitem subcontratar atividades relacionadas ao certame/contrato em que haja tratamento dos dados, deverão exigir a vinculação do SUBCONTRATADO (suboperador) aos critérios definidos neste instrumento, fazendo-o assinar um termo de adesão ao presente contrato.

11.7.1. O CONTRATANTE deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de subcontratação (suboperadores) firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.7.2. Em caso de subcontratação, o CONTRATADO e o SUBCONTRATADO responderão em regime de solidariedade por eventuais danos causados aos titulares, o CONTRATANTE e a terceiros, em virtude de qualquer conduta comissiva ou omissiva inerente ao tratamento dos dados.

11.7.3. O CONTRATADO deverá assegurar que o subcontratado oferecerá o mesmo nível de segurança dos dados, produzindo e guardando evidências disso;

11.8. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

11.8.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

11.8.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

11.8.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

11.9. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

11.9.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

11.10. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (*log*), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

11.11. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos bens e/ou serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

11.12. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

11.13. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

11.13.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.14. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

11.15. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. A garantia contratual obedecerá aos termos e prazos estabelecidos no subitem 6.2 do Termo de Referência. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a empresa pública ou a sociedade de economia mista poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa, na forma a seguir:

a. Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

b. Moratória de 0,2% (dois centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

c. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

d. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

13.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente.

13.3. As sanções previstas nos incisos I e III do subitem 13.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

13.4. As sanções previstas no inciso III subitem 13.1 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I – tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II – tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III – demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes ou da garantia contratual, o CONTRATADO recolherá a multa por meio de depósito bancário podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. Este contrato poderá ser extinto nas hipóteses de inadimplemento contratual, acordo entre as partes, ou conforme dispuser regulamento interno do CONTRATANTE.

14.2. Este contrato poderá ser extinto a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes de razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do CONTRATANTE, sem que caiba ao CONTRATADO, direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios, fonte 701.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 13.303/2016 e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento conforme disposto no § 2º do art. 51 da Lei nº 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos do CONTRATANTE, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei Federal nº 12.527/2011, regulamentada no Estado do Ceará pela Lei nº 15.175/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

18.1. O modelo de gestão contratual consta no Termo de Referência, anexo a este contrato.

18.2. A execução contratual será acompanhada pelo(a) Gestor(a) do Contrato _____, CPF _____, representante especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro do município da sede do CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo. Como alternativa à assinatura física do Contrato, as Partes declaram e concordam que a assinatura mencionada poderá ser efetuada em formato eletrônico. As Partes reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Contrato e seus termos, incluindo seus anexos, nos termos do art. 219 do Código Civil, em formato eletrônico e/ou assinado pelas Partes por meio de certificados eletrônicos, com autenticidade reconhecida pelo certificado digital ICP-Brasil, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 ("MP nº 2.200-2")."

Local e data

(nome do representante)

(nome do representante)

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas:

(nome da testemunha 1)

(nome da testemunha 2)

RG:

RG:

CPF:

CPF:

Visto:

(nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)